

Dommo Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração	8
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	22
Parecer do Conselho Fiscal	66
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes	67

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Dommo Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Dommo Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Dommo Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia e suas controladas apresentam capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 371.820 mil na controladora, decorrente basicamente da sua dívida de curto prazo com impostos e contribuições, outras contas a pagar e partes relacionadas, bem como vem apurando prejuízos de forma recorrente e apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 547.447 mil. Essa situação, entre outras descritas na nota explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que

pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Ativo imobilizado – Perda por redução ao valor recuperável do ativo

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado o Campo de exploração e produção Tubarão Martelo, até 19 de abril de 2039, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 29.277 mil, líquido da depreciação e do ajuste ao valor recuperável do ativo imobilizado e que correspondente a parcela de 20% do Campo de produção. A Administração da Companhia realizou o teste anual ao valor recuperável do ativo por meio da elaboração de modelo de avaliação econômico financeiro que contemplou: (a) o plano de negócios da Companhia para os anos subsequentes; (b) estudo de empresa especializada no mercado petrolífero no que se refere ao volume de reservas; (c) outros fatores que impactem o modelo de negócio da Companhia; e (d) elaboração do fluxo de caixa projetado ao valor presente descontado pela taxa calculada com base em práticas usuais de mercado. Dessa forma, o modelo econômico-financeiro está sujeito a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Esse tema foi considerado, novamente, como uma área de risco e consequentemente, um principal assunto de auditoria tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão determinadas projeções que apresentam um grau de incerteza, uma vez que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos, efetuamos a análise da política contábil para a mensuração e reconhecimento do ativo imobilizado e, com base em amostragem, selecionamos valores que foram alocados ao ativo imobilizado para verificação da respectiva documentação suporte para as adições realizadas no decorrer de 2021. Com o auxílio de nossos especialistas, revisamos o modelo econômico-financeiro apresentado pela Companhia, que verificaram: (a) a razoabilidade das premissas e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia; (b) o recálculo dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos, e (c) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 3.g e 11.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as premissas e a metodologia utilizadas pela Administração para a avaliação e mensuração do valor recuperável apresentado do ativo imobilizado no exercício e seus respectivos registros contábeis são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não

deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O – 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

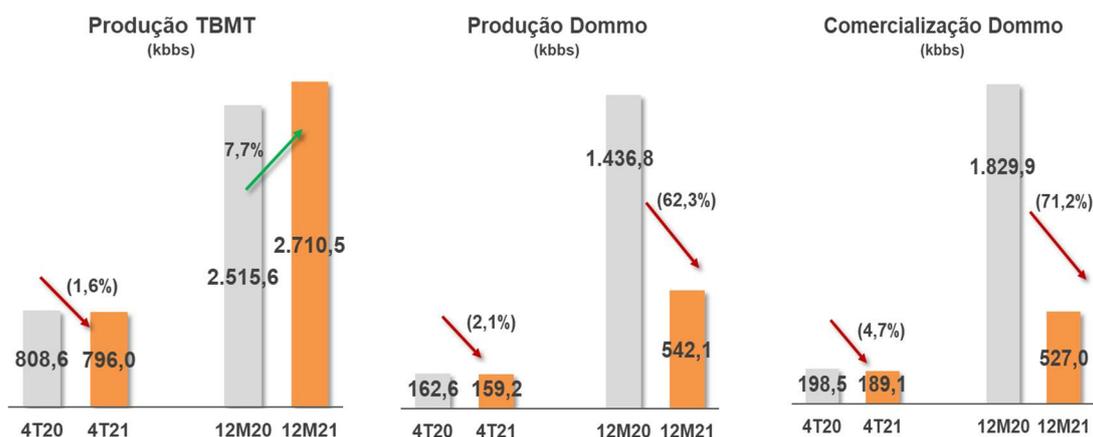
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS REFERENTES AO QUARTO TRIMESTRE DE 2021

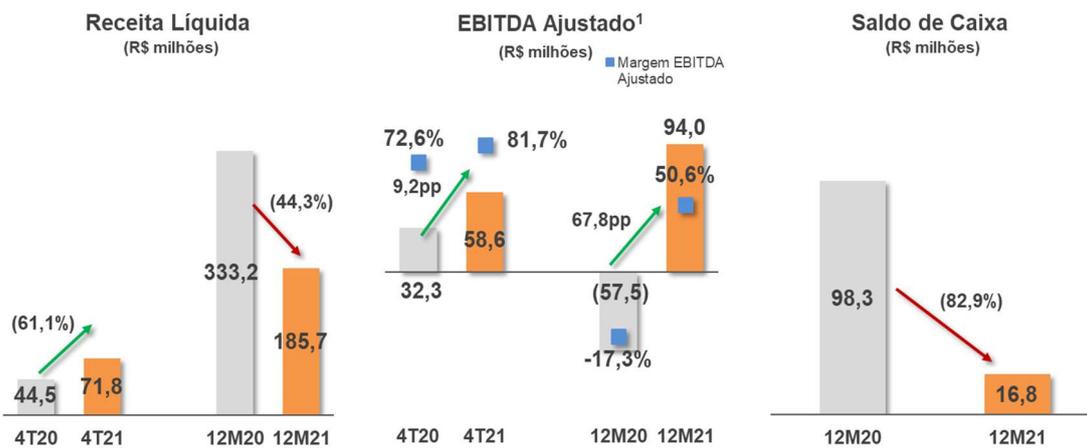
A Administração da Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta seu resultado referente ao 4º trimestre de 2021 (“4T21”), bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado. Os dados contidos neste relatório referem-se ao período do 4T21, comparados ao 4T20, exceto quando especificado de forma diversa.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

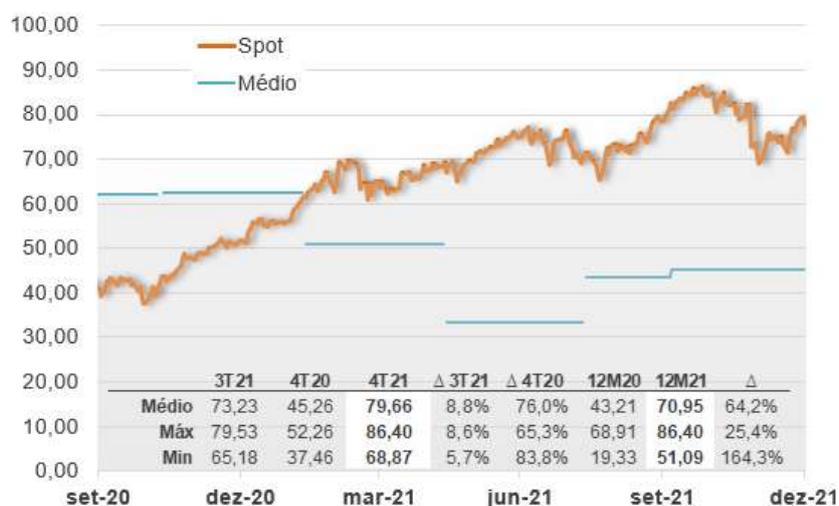
Os destaques da Companhia para o quarto trimestre de 2021, não são diretamente comparáveis aos períodos anteriores, uma vez que a partir de 3 de agosto de 2020, a participação da Companhia no campo de Tubarão Martelo (“TBMT”) foi reduzida de 100% para 20%.



O volume produzido no 4T21 pelo campo TBMT, de 796,0 mil barris de petróleo, representa uma redução na produção do campo de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume referente à participação da Companhia em TBMT foi de 159,2 mil barris de petróleo no 4T21.



A retração da receita em 2021 é compatível com a retração do volume comercializado que, por sua vez, está alinhado com o menor percentual sobre os direitos de produção em relação aos períodos precedentes, uma vez que durante parte de 2020 a Companhia detinha 100% dos direitos de produção do TBMT. Em contrapartida, a retração da receita mencionada foi parcialmente compensada pela recuperação das cotações do petróleo nos últimos meses. Abaixo destacamos o comportamento da cotação do Brent entre setembro de 2020 e dezembro de 2021.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No mês de janeiro de 2022 a Companhia teve alterações relevantes em seu controle. Conforme Fato Relevante de 17 de janeiro de 2022, a Prisma Capital Ltda. (“Prisma”), por meio de veículos sob sua gestão discricionária, tornou-se titular de ações ordinárias de emissão da Companhia representativas de 47,21% de seu capital social votante e total, percentual que, diante da dispersão das ações de emissão da Companhia, podia lhes assegurar poder de controle.

¹ Vide Anexo I para cálculo do EBITDA Ajustado

Dentro do mesmo Fato Relevante de 17 de janeiro de 2022, foi divulgado ao mercado que o novo controlador pretendia reunir-se junto à administração da Companhia para decidir sobre eventuais mudanças à sua gestão e a avaliação de opções estratégicas em seu setor de atuação.

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de janeiro de 2022, poucos dias depois a Prisma consolidou sua posição acionária majoritária na Companhia, sendo titular de 51,99% das ações de emissão da Dommo.

Os desafios enfrentados desde 2018 no retorno à normalidade, assim como no gerenciamento de passivos fiscais e regulatórios de períodos anteriores, não se dissiparam e devem ser diligentemente considerados pelos potenciais investidores e acionistas atuais. Atenção especial é chamada para as Notas 1.3 (Continuidade), 16 (Provisões) e 18 (Contingências), onde os investidores podem encontrar mais detalhes.

Conforme destacado na Nota 1.3 a Companhia e suas subsidiárias apresentam capital circulante líquido positivo consolidado de R\$12,4 milhões, tendo a capitalização de passivos de curto prazo importante papel nessa melhora. A redução do caixa durante o exercício de 2021 foi decorrente de pagamentos relacionados ao *workover* realizado pela Companhia no Campo de Tubarão Martelo e ao abandono de TBAZ. Vale destacar que a atual posição de caixa reflete o novo cenário após a transação com a PetroRio. Adicionalmente, conforme descrito nas Notas 16 e 18, a Companhia tem: i) Provisões Diversas, na grande maioria relacionadas a questões de abandono, regulatórias e ambientais no valor de R\$306,3 milhões; e ii) Contingências não provisionadas, na grande maioria fiscais, no valor de R\$1,607 bilhões.

Vale a menção à sentença que extinguiu sem apreciação do mérito as execuções fiscais nº 5050944-82.2019.4.02.5101 e 5035145-33.2018.4.02.5101. As discussões relacionadas as questões de mérito da autuação que originou a execução fiscal terão prosseguimento em sede administrativa, onde os assessores legais da Companhia estimam as chances de êxito como “Possível” conforme detalhado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras.

Deve-se notar também que, desde dezembro de 2018, o balanço patrimonial da Companhia é caracterizado por patrimônio líquido negativo, atualmente R\$547,4 milhões e, portanto, o valor das obrigações da Companhia é atualmente superior ao valor de seus ativos. Como sempre, a Administração continuará a se empenhar na defesa dos interesses da Dommo Energia e de seus acionistas.

CAMPO EM PRODUÇÃO

A Companhia atualmente detém uma participação de 20% em um campo produtivo (TBMT), e não atua como operadora de nenhum campo.

CAMPO DE TUBARÃO MARTELO

O TBMT estende-se pelas áreas dos contratos de concessão dos blocos exploratórios BM-C-39 e BM-C-40 e está situado na Bacia de Campos, em profundidade d'água de 110 metros, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 3 de fevereiro de 2020, a Companhia comunicou ao mercado em geral que mediante aprovação de seu Conselho de Administração, celebrou um Acordo de Farm-out (*Farm-out Agreement* - "FOA"), um Contrato de Operação Conjunta (*Joint Operating Agreement* - "JOA") e outros documentos acessórios com a PetroRio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("PetroRio") a respeito de 80% de TBMT (FOA, JOA e demais documentos, quando em conjunto, "Transação").

A Transação ocorreu em conjunto com a aquisição, pela PetroRio, da unidade flutuante de produção armazenamento e transferência OSX-3 ("OSX-3 FPSO"). A OSX-3 FPSO foi adquirida pela PetroRio de seu proprietário, OSX3 Leasing B.V., que até então afretava a OSX-3 FPSO à Companhia para uso em TBMT.

Em 3 de agosto de 2020, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") conferiu vigência e eficácia ("Aprovação") à Transação. Com a Aprovação, a Companhia passou a ter participação de 20% na concessão do campo e deixou de ser operadora. A Transação previa ainda, a interligação ("Tieback") entre os campos de Polvo e TBMT, já concluída, conforme informado pelo Operador à Companhia em 14 de julho de 2021.

Na tabela a seguir, destacamos as fases da Transação TBMT e os principais efeitos esperados para a Companhia:

Alterações para Dommo	ANTES da aprovação ANP	ANTES <i>Tieback</i>	APÓS <i>Tieback</i>
Vida útil TBMT	Esperado 2 a 3 anos	Estimado: 10 anos	Estimado: 10 anos
Concessão TBMT	100% Dommo	20% Dommo	20% Dommo
Afretamento FPSO	US\$ 47,2 milhões / ano	Zero	Zero
CapEx TBMT	100% Dommo	Zero	Zero
OpEx TBMT	100% Dommo	US\$ 840 mil por mês	Zero
AbEx TBMT	100% Dommo R\$ 408,1 milhões ¹	Zero	Zero
Direitos	100% do petróleo de TBMT	20% do petróleo de TBMT	5% do petróleo de TBMT + Polvo; 4% do petróleo após 30 milhões de barris produzidos

¹ em 30 de junho de 2020

Atualmente, a Transação está na fase "APÓS *Tieback*". Como divulgado pela Companhia em Fato Relevante, no dia 14 de julho de 2021, o operador informou ao mercado em geral, que concluiu o *Tieback* entre os campos de TBMT e Polvo. Dessa forma, foi possível a criação de um polo ("*cluster*") privado de produção de campos maduros na região da Bacia de Campos.

A redução dos custos absolutos do novo cluster permitirá que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. De acordo com o relatório de certificação de reservas da *DeGolyer and MacNaughton*, publicado este ano pelo operador do campo, o cluster tem vida econômica até

2037 (consideradas as reservas provadas 1P), o que representa uma extensão de 10 anos para Polvo e 12 anos para TBMT.

Conforme divulgado ao mercado em Fato Relevante de 3 de fevereiro de 2020 e de 14 de julho de 2021, com a conclusão do *Tieback*, a Dommo passou a ter direito a 5% da produção total de ambos os campos, TBMT e Polvo, sem responsabilidade por nenhum dos custos associados (afretamento, OpEx, CapEx e AbEx). Essa quantia será reduzida para 4% quando a produção combinada dos campos atingir 30 milhões de barris.

Cabe ressaltar que a Dommo Energia ainda possui 20% do Campo de TBMT e que, de acordo com o *Farm Out Agreement* com a PetroRio, recebe em caixa 5% do volume vendido do Cluster Polvo + TBMT sem custos. A conciliação entre os registros de receitas e billings conforme a participação de 20% na Concessão do Campo de TBMT e o equivalente fluxo de caixa conforme o *Farm Out Agreement* está apresentada nas demonstrações financeiras.

OUTROS – CAMPOS DESATIVADOS OU NOS QUAIS A COMPANHIA NÃO TEM MAIS PARTICIPAÇÃO

CAMPO DE TUBARÃO AZUL

No campo de Tubarão Azul (“TBAZ”), a produção de petróleo foi iniciada em janeiro de 2012, permanecendo em produção até meados de 2015. Durante tal período, foram extraídos aproximadamente 6,5 milhões de barris de petróleo. Considerando que não se encontrou alternativa economicamente viável para continuar as atividades no TBAZ, a devolução da concessão foi solicitada à ANP, conforme Fato Relevante divulgado em 20 de setembro de 2016. Em 2017, a Companhia, na condição de operadora, iniciou o processo de descomissionamento do campo e abandono dos poços, tendo concluído esta última atividade no primeiro trimestre de 2018. O processo de descomissionamento do campo encontra-se em andamento.

ATLANTA E OLIVA (BLOCO BS-4) – ACORDOS CELEBRADOS COM OS GRUPOS ENAUTA E BARRA ENERGIA - CAMPOS BAIXADOS EM DECORRÊNCIA DE PROCESSO ARBITRAL

Nos dias 17 de março e 29 de abril de 2021 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em conjunto com suas subsidiárias Dommo Netherlands Holding B.V. e Dommo Netherlands B.V., celebrou acordos de quitação com Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. e FR Barra 1 S.À R.L. (em conjunto “Grupo Barra”) e com Enauta Energia S/A e QGEP Netherlands B.V (em conjunto “Grupo Enauta”), no qual desistiram as partes mutuamente de prosseguir com os litígios arbitrais e judiciais, conexos à participação em disputa no Bloco BS-4 (“BS-4”) entre a Companhia e os Grupos Barra e Enauta, e outorgaram quitação.

Em razão dos acordos acima, ficou avençado que os direitos, titularidade e interesses da Dommo no Bloco BS-4 ficam transferidos à Enauta Energia S/A desde 11 de outubro de 2017, na proporção de 20%. Os demais 20% de participação da Dommo, foram transferidos à Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. desde 11 de outubro de 2017, conforme acordo informado em Fato Relevante de 17 de março de 2021. As ações da companhia Atlanta Field B.V., detidas

pela Dommo Netherlands B.V, também ficam transferidas na mesma proporção para a FR Barra 1 S.À.R.L e QGEP Netherlands B.V.

As Partes avençaram, ainda, que todas as disputas em andamento entre elas serão encerradas, incluindo a disputa em relação à aprovação da Diretoria da ANP sobre a transferência da participação da Dommo em BS-4.

EVENTOS SUBSEQUENTES

PROCEDIMENTO ARBITRAL EM FACE DE PETRONAS BRASIL E&P LTDA

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia recebeu decisão proferida no procedimento arbitral instaurado perante a Câmara de Comércio Internacional (“Arbitragem”) contra a Petronas Brasil E&P Ltda. (“Petronas”). O Tribunal rejeitou o pedido de indenização formulado pela Companhia contra a Petronas.

Na próxima fase da Arbitragem, o Tribunal decidirá acerca da forma de alocação dos custos relacionados à Arbitragem. Considerando o resultado da decisão acima mencionada, a Companhia tem a expectativa de ser obrigada a arcar com certos custos incorridos pela contraparte em decorrência da Arbitragem. A decisão ainda está sujeita a eventuais pedidos de esclarecimento das partes envolvidas.

DISCLAIMER

Estas apresentações podem conter previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões refletem apenas expectativas dos administradores da Companhia sobre condições futuras da economia, além do setor de atuação, do desempenho e dos resultados financeiros da Companhia, dentre outros. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de resultados futuros da Companhia. Portanto, os resultados futuros das operações da Companhia podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. Em nenhuma hipótese a Companhia ou seus conselheiros, diretores, representantes ou empregados serão responsáveis perante quaisquer quartos (inclusive investidores) por decisões ou atos de investimento ou negócios tomados com base nas informações e afirmações constantes desta apresentação, e tampouco por danos indiretos, lucros cessantes ou afins. A Companhia não se obriga a atualizar as apresentações e previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros. A Companhia não tem intenção de fornecer aos eventuais detentores de ações uma revisão das afirmações ou análise das diferenças entre as afirmações e os resultados reais. Esta apresentação não contém todas as informações necessárias a uma completa avaliação de investimento na Companhia. Cada investidor deve fazer sua própria avaliação, incluindo os riscos associados, para tomada de decisão de investimento. Os valores informados para o período corrente em diante são estimativas ou metas. Adicionalmente, esta apresentação contém alguns indicadores financeiros que não são reconhecidos pelo BR GAAP ou IFRS. Esses indicadores não possuem significados padronizados e podem não ser comparáveis a indicadores com descrição similar utilizados por outras companhias. Nós fornecemos estes indicadores porque os utilizamos como medidas de performance da companhia; eles não devem ser considerados de forma isolada ou como substituto para outras métricas financeiras que tenham sido divulgadas em acordo com o BR GAAP ou IFRS.

ANEXO I – RECONCILIAÇÃO EBITDA AJUSTADO

R\$ milhões

Reconciliação de contas	4T20	4T21	Δ	12M20	12M21	Δ
Receita líquida	44,5	71,8	61,1%	333,2	185,7	-44,3%
Lucro (prejuízo) líquido	77,2	(0,6)	-100,8%	(328,6)	56,8	-117,3%
Ajustes						
Resultado financeiro	4,1	62,4	1407,3%	149,0	78,0	-47,6%
Depreciação CPV	0,3	1,4	411,0%	28,7	3,7	-87,3%
Depreciação e amortização	6,0	6,2	3,2%	23,1	24,0	3,7%
EBITDA conforme Inciso I do Art 3º da CVM 527	87,7	69,5	-20,8%	(127,7)	162,5	-227,2%
Outros ajustes						
IFRS 16	(0,0)	0,0	-103,0%	38,6	0,0	-99,9%
Provisões (estorno) sem efeito caixa não ligadas a operação TBMT	16,6	(61,4)	-469,9%	24,7	(20,7)	-183,8%
Perda de estoques	-	13,9	n.a.	0,1	13,9	27746,0%
PIS e COFINS sobre resultado financeiro ^(aj)	(76,9)	23,5	-130,6%	144,5	62,2	-57,0%
Impairment ^(aj)	(1,2)	557,3	-46578,5%	(1.786,5)	(589,8)	-67,0%
Provisão para perda em investimentos	-	-	n.a.	-	(223,3)	n.a.
Transação TBMT - Não caixa	-	-	n.a.	1.463,3	-	-100,0%
Baixa efeitos IFRS - 16 TBMT	-	-	n.a.	90,2	-	-100,0%
<i>Workover</i>	6,1	-	-100,0%	95,4	-	-100,0%
Realização perda Atlanta Field B.V.	-	-	n.a.	-	158,4	n.a.
Perda na baixa BS-4 (não caixa)	-	(544,2)	n.a.	-	530,7	n.a.
EBITDA Ajustado	32,3	58,6	81,5%	(57,5)	94,0	-263,4%
Margem EBITDA Ajustado	72,6%	81,7%	9,2 p.p.	-17,3%	50,6%	67,8 p.p.

(a) Resultado da variação cambial e não tem efeito caixa. É contabilizado na DRE, na rubrica despesa operacional. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

(b) Tem efeito similar à depreciação e não tem efeito caixa. Foi reconciliado para não causar distorção na análise do EBITDA.

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.204	3.105	12.182	93.994
Estoque de óleo	8	11.209	6.572	11.209	6.520
Depósitos vinculados	6	4.645	4.336	4.645	4.336
Contas a receber	7	-	-	67.497	3.594
Outros créditos e despesas antecipadas	9	19.781	19.951	19.828	20.022
Total do ativo circulante		36.839	33.964	115.361	128.466
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	8	-	-	-	13.923
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	14	19.759.552	18.562.304	-	-
Impostos a recuperar	13	71.274	88.088	86.027	107.369
Créditos com partes relacionadas	14	595.329	554.769	-	-
		20.426.155	19.205.161	86.027	121.292
Direito de uso	31	156	4.828	156	4.828
Investimentos	10	169.367	91.458	-	51
Imobilizado	11	28.462	33.798	29.930	35.165
Intangível	12	10	10	10	10
Total do ativo não circulante		20.624.150	19.335.255	116.123	161.346
Total do ativo		20.660.989	19.369.219	231.484	289.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	2.635	143.337	3.347	150.185
Impostos, contribuições e participações a recolher	13	50.667	45.460	50.656	45.449
Salário em encargos trabalhistas		2.551	12.384	2.551	12.384
Contas a pagar para partes relacionadas	14	290.698	247.190	5.010	-
Provisões diversas	16	844	844	844	844
Arrendamentos a pagar	31	160	1.617	160	1.617
Outras contas a pagar	17	61.104	85.717	40.351	148.828
Total do passivo circulante		408.659	536.549	102.919	359.307
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	14	19.449.657	18.279.612	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	14	674.108	622.553	-	-
Provisões diversas	16	306.339	374.183	306.339	374.183
Arrendamentos a pagar	31	-	3.182	-	3.182
PIS e COFINS diferidos	13	369.673	307.502	369.673	307.502
Total do passivo não circulante		20.799.777	19.587.032	676.012	684.867
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	19	597.213	455.615	597.213	455.615
Reservas de capital	19	(159.192)	(159.192)	(159.192)	(159.192)
Ajustes acumulados de conversão		83.784	75.280	83.784	75.280
Prejuízos acumulados		(1.069.252)	(1.126.065)	(1.069.252)	(1.126.065)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(547.447)	(754.362)	(547.447)	(754.362)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		20.660.989	19.369.219	231.484	289.812

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto pelo lucro (prejuízo) básico e diluído por ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de venda	20	175.679	321.587	185.718	333.225
Custo dos produtos vendidos	21	(79.447)	(388.659)	(79.396)	(368.049)
Lucro / (prejuízo) bruto		96.232	(67.072)	106.322	(34.824)
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	22	(26.191)	(42.833)	(22.060)	(62.661)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	(580.796)	(1.868.005)	(762.471)	(1.868.677)
Reversão da perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	25	566.160	1.763.970	589.754	1.786.518
Reversão da provisão para perda com investimentos		-	-	223.273	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(359.336)	(1.258.291)	-	51
		(400.163)	(1.405.159)	28.496	(144.769)
Resultado antes do resultado financeiro		(303.931)	(1.472.231)	134.818	(179.593)
Resultado financeiro					
	23				
Receitas financeiras		5.628	5.685	852	1.654
Despesas financeiras		(6.055)	(38.252)	(16.511)	(39.788)
Outras despesas financeiras		(55.143)	-	(55.143)	-
Variação cambial líquida		416.314	1.176.226	(7.203)	(110.845)
		360.744	1.143.659	(78.005)	(148.979)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		56.813	(328.572)	56.813	(328.572)
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	30	0,18366	(1,20654)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	56.813	(328.572)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	8.504	13.472
Total do resultado abrangente	65.317	(315.100)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 janeiro de 2020		412.399	(159.192)	61.808	(797.493)	(482.478)
Aumento de capital	19.a	43.216	-	-	-	43.216
Ajustes acumulados de conversão	10	-	-	13.472	-	13.472
Prejuízo do exercício		-	-	-	(328.572)	(328.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		455.615	(159.192)	75.280	(1.126.065)	(754.362)
Aumento de capital	19.a	141.598	-	-	-	141.598
Ajustes acumulados de conversão	10	-	-	8.504	-	8.504
Lucro líquido do exercício		-	-	-	56.813	56.813
Saldos em 31 de dezembro de 2021		597.213	(159.192)	83.784	(1.069.252)	(547.447)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício				
	56.813	(328.572)	56.813	(328.572)
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível				
	3.991	29.387	28.399	52.116
10	359.336	1.258.291	-	(51)
Opções de ações (pro rata, cancelamento/anulação e garantias)				
	-	198	-	198
11, 12 e				
25	(566.160)	(1.763.970)	(589.754)	(1.786.518)
8	-	5	13.923	5
Provisões diversas				
	(13.340)	31.823	(13.340)	31.823
Variação cambial não realizada s/ financiamentos ativos e passivos				
	(416.116)	(1.359.762)	-	-
Juros/encargos sobre financiamento ativos e passivos provisionados				
	(5.139)	9.646	-	15.000
13 e 24	62.171	144.508	62.171	144.508
Juros e variação cambial sobre provisão para abandono				
	3.916	137.000	3.916	137.000
Baixas ativo imobilizado e intangível				
11 e 24	508.858	-	508.854	-
11 e 24	-	1.572.078	-	1.572.078
23 e 31	(14)	(9.547)	(14)	(9.547)
31	47	48.167	47	48.167
Outros				
	-	-	7.640	17.201
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações				
	(5.637)	(230.748)	78.655	(106.592)
Variação nos ativos e passivos:				
Outros créditos e partes relacionadas				
9 e 14	197.798	447.757	5.203	(38.176)
13	16.814	(1.483)	21.342	(9.715)
7	-	-	(63.903)	(3.594)
8	(4.028)	69.589	(4.080)	65.425
6	(309)	(968)	(309)	2.247
15	896	109.566	(5.240)	115.954
Salários e encargos trabalhistas				
	(9.833)	(12.368)	(9.833)	(12.368)
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher				
13	5.207	3.761	5.207	3.743
Realização provisões diversas				
	-	(2.787)	-	(2.787)
17	(24.612)	9.484	(108.476)	24.200
	181.933	622.551	(160.089)	144.929
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
	176.296	391.803	(81.434)	38.337
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em participações acionárias				
10	(2.140)	(12.306)	-	-
11	(378)	(91.763)	(378)	(91.763)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
	(2.518)	(104.069)	(378)	(91.763)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas				
	-	24.000	-	24.000
Amortização de principal de financiamentos com partes relacionadas				
	(175.679)	(323.838)	-	(2.250)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos				
	(175.679)	(299.838)	-	21.750
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
	(1.901)	(12.104)	(81.812)	(31.676)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa				
5	3.105	15.209	93.994	125.670
5	1.204	3.105	12.182	93.994
Variação no caixa e equivalentes de caixa				
	(1.901)	(12.104)	(81.812)	(31.676)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dommo Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	20	175.679	321.587	185.718	333.225
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, menos royalties, depreciação e amortização	21	(59.743)	(330.145)	(59.692)	(309.535)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(527.086)	(1.709.129)	(682.764)	(1.709.140)
Reversão de <i>Impairment</i>	25	566.160	1.763.970	589.754	1.786.518
		(20.669)	(275.304)	(152.702)	(232.157)
Valor adicionado bruto		155.010	46.283	33.016	101.068
Retenções					
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	11	(3.991)	(29.387)	(28.399)	(52.116)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		151.019	16.896	4.617	48.952
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(359.336)	(1.258.291)	-	51
Receitas financeiras	23	5.628	5.685	852	1.654
Outras despesas financeiras	23	(55.143)	-	(55.143)	-
Reversão / realização provisão para perda com investimentos		-	-	223.273	-
		(408.851)	(1.252.606)	168.982	1.705
Valor adicionado total a distribuir		(257.832)	(1.235.710)	173.599	50.657
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		12.779	32.265	12.832	32.265
Benefícios		1.574	7.150	1.574	7.150
FGTS		350	4.831	350	4.831
		14.703	44.246	14.756	44.246
Tributos					
Impostos, taxas e contribuições		64.856	156.814	62.261	154.574
<i>Royalties</i>	21	16.055	29.776	16.055	29.776
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variação cambial líquida	23	(410.259)	(1.137.974)	23.714	150.633
Remuneração de capitais próprios					
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas		56.813	(328.572)	56.813	(328.572)
Valor adicionado total distribuído		(257.832)	(1.235.710)	173.599	50.657

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

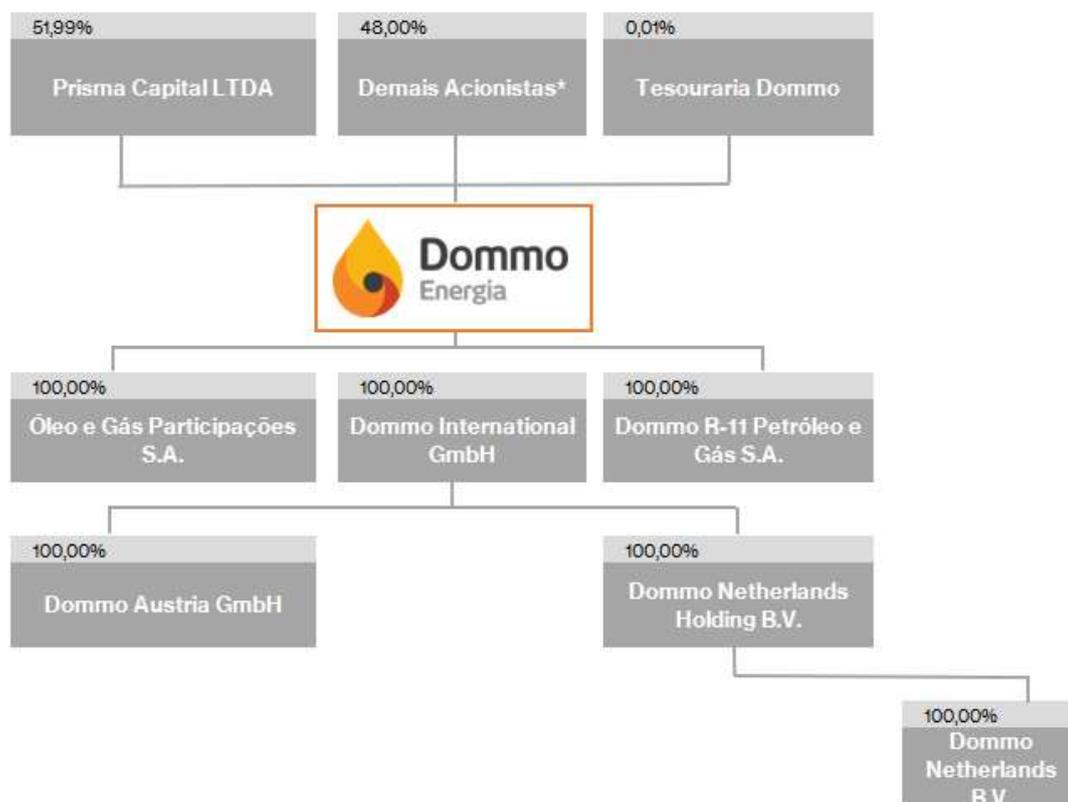
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

Em 31 de dezembro de 2021, a Dommo Energia S.A. apresentava a seguinte estrutura societária¹:



¹ O organograma já reflete os fatos apresentados na nota explicativa 32 – Eventos subsequentes

Dommo Energia S.A. (“Dommo Energia” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A Dommo Energia poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades.

Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A. (“Dommo R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da Dommo Energia.

Dommo International GmbH (“Dommo International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

Dommo Austria GmbH (“Dommo Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

Dommo Netherlands Holding B.V. (“Dommo Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

Dommo Netherlands B.V (“Dommo Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em Amstelveen, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a Dommo Energia, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar”): Foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e, posteriormente, em 06 de dezembro de 2013, para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 26 de novembro de 2018, nos termos do artigo 157, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 358/02 e das obrigações constantes dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia e da OGPar, foi aprovada, em assembleias gerais de ambas as companhias, a incorporação de ações da OGPar pela Dommo Energia (“Incorporação de Ações”).

Como resultado da Incorporação de Ações, a OGPar passou a ser uma subsidiária integral da Dommo Energia e a Companhia passou a consolidar as demonstrações contábeis dessa controlada.

1.2 Portfólio

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía participação nos seguintes campos:

	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% Dommo Energia	Período contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	Dommo Energia	100%	09/05/2012 a 09/05/2039
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo (*)	Dommo Energia	20%	19/04/2012 a 19/04/2039

* A Petrorio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. detém 80% da participação no campo.

Campos baixados em decorrência de processo arbitral

Atlanta e Oliva (Bloco BS-4) – acordos celebrados com os Grupos Enauta e Barra Energia

Os campos de Atlanta e Oliva estão localizados no bloco BS-4 na Bacia de Santos (“BS-4” ou “Campos de Atlanta e Oliva” ou “Campo de Atlanta”). A Companhia adquiriu, originalmente, 40% de participação no consórcio BS-4, composto ainda pela Enauta, com 30% de participação, e Barra, com os 30% restantes. O Campo de Atlanta iniciou a produção no dia 2 de maio de 2018.

Histórico da arbitragem:

- Em outubro de 2017, a Barra notificou a Dommo Energia informando que estaria exercendo, sem oferta de pagamento de preços ou reparação de danos, uma opção de exigir a exclusão da Companhia do *Joint Operating Agreement* ("JOA"), do contrato do Consórcio BS-4 e do contrato de concessão ("Notificação").
- A Companhia comunicou ao mercado no dia 23 de outubro de 2017 que iniciou procedimento de arbitragem administrado pela *London Court of International Arbitration* - LCIA, nos termos do regulamento de arbitragem da UNCITRAL, contra a Barra e a Enauta
- O Tribunal arbitral proferiu decisão preliminar, com efeitos a partir do segundo trimestre de 2018 (“2T18”), na qual determinou que a parcela referente à participação de 40% na receita proveniente da venda do óleo fosse depositada em uma conta *escrow*, para que os depósitos fossem utilizados para pagar *cash calls* emitidos após a decisão preliminar e outros custos e para que o saldo remanescente fosse levantado pelo vencedor da disputa.
- Em 25 de setembro de 2018 a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo Tribunal Arbitral relativa à primeira fase do procedimento arbitral, conforme fato relevante divulgado no dia 23 de outubro de 2017, validando a notificação emitida pela Barra em 10 de outubro de 2017
- No dia 28 de janeiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de sentença proferida pelo tribunal arbitral acerca da segunda fase do procedimento arbitral, na qual o tribunal arbitral decidiu que a Dommo deveria pagar aos demais consorciados (Enauta e Barra) os *cash calls* cobrados no âmbito do Consórcio.
- Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi notificada da sentença proferida na fase 3 do procedimento arbitral, que reconheceu como válida a Notificação enviada pela Barra à Dommo Energia.
- No dia 24 de junho de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante, a respeito da decisão da Diretoria Colegiada da ANP, proferida do dia 19 de junho de 2019, autorizando a cessão da participação da Companhia no Bloco BS-4 para os sócios dos consórcios.
- A Dommo Energia apresentou, em 26 de agosto de 2019, requerimento de procedimento arbitral (“Procedimento Arbitral CCI”) em face da ANP e dos demais sócios do Consórcio, conforme Comunicado ao Mercado, divulgado no dia 27 de agosto de 2019.

- No dia 17 de março de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em conjunto com suas subsidiárias Dommo Netherlands Holding B.V. e Dommo Netherlands B.V., celebrou acordo de quitação com Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. e FR Barra 1 S.À R.L. (em conjunto “Grupo Barra”), no qual desistiram as partes mutuamente de prosseguir com os litígios arbitrais e judiciais, conexos à participação em disputa em BS-4 entre a Companhia e o Grupo Barra, e outorgaram quitação.
- No dia 29 de abril de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em conjunto com suas subsidiárias Dommo Netherlands Holding B.V. e Dommo Netherlands B.V., celebrou acordo de quitação com Enauta Energia S/A e QGEP Netherlands B.V (em conjunto “Grupo Enauta”), no qual desistiram as partes mutuamente de prosseguir com os litígios arbitrais e judiciais, conexos à participação em disputa em BS-4 entre a Companhia e o Grupo Enauta, e outorgaram quitação condicionada ao pagamento de certos valores do acordo.
- Em razão dos acordos acima, ficou avençado que os direitos, titularidade e interesses da Dommo em BS-4 ficam transferidos à Enauta Energia S/A desde 11 de outubro de 2017, na proporção de 20%. Os demais 20%, de participação da Dommo, foram transferidos à Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. desde 11 de outubro de 2017, conforme acordo informado por Fato Relevante de 17 de março de 2021.
- As ações da companhia Atlanta Field B.V., detidas pela Dommo Netherlands B.V, também ficam transferidas na mesma proporção para a FR Barra 1 S.À.R.L e QGEP Netherlands B.V.
- As Partes avençaram que todas as disputas em andamento entre elas serão encerradas, incluindo a disputa em relação à aprovação da Diretoria da ANP sobre a transferência da participação da Dommo em BS-4.

E, por fim, em decorrência dos acordos acima, a Companhia realizou a baixa proporcional dos ativos e passivos relacionados ao BS-4 e aguarda o cumprimento das condições do acordo com a Enauta para concluir a baixa efetiva da parcela restante.

Campo em produção

Tubarão Martelo

O Campo de Tubarão Martelo (“TBMT”) estende-se pelas áreas dos contratos de concessão dos blocos exploratórios BM-C-39 e BM-C-40 e está situado na Bacia de Campos, em profundidade d’água de 110 metros, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Em 3 de agosto de 2020, a ANP conferiu vigência e eficácia (“Deliberação”) à Transação TBMT, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2020. Com a Deliberação, a Companhia passou a ter participação de 20% na concessão de TBMT e deixou de ser operadora do campo.

No dia 14 de julho de 2021, o operador informou ao mercado em geral que concluiu a interligação (“*tieback*”) entre os campos de TBMT e Polvo. Dessa forma, foi possível a criação de um polo (“*cluster*”) privado de produção de campos maduros na região da Bacia de Campos.

A redução dos custos absolutos do novo *cluster* permitirá que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. De acordo com o relatório de certificação de reservas da *DeGolyer and MacNaughton*, publicado em 2021 pelo operador do campo, o *cluster* tem vida econômica até 2037 (consideradas as reservas provadas 1P), o que representa uma extensão de 10 anos para Polvo e 12 anos para TBMT.

Conforme divulgado ao mercado em Fato Relevante de 3 de fevereiro de 2020, a partir desta data, a Dommo passou a ter direito a 5% da produção total de ambos os campos, TBMT e Polvo, sem responsabilidade por nenhum dos custos associados (afretamento, OpEx, CapEx e AbEx). Essa quantia será reduzida para 4% quando a produção combinada dos campos atingir 30 milhões de barris.

Conforme divulgado em Fato Relevante de 27 de outubro de 2021, o operador de Tubarão Martelo ("TBMT") informou à Companhia sobre o início da produção do poço TBMT-10H, no campo de TBMT, com expectativa de produção inicial de aproximadamente 3.800 barris de óleo por dia, ainda em período de estabilização. O poço TBMT-10H foi perfurado em 2013, mas, como também acessava o reservatório do campo de Polvo (campo vizinho do TBMT), não poderia ser conectado e iniciar produção enquanto não fosse celebrado um Acordo de Individualização da Produção ("AIP") com o operador do campo de Polvo, Petrorio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("PetroRio"). Com o Farmout celebrado entre Dommo e PetroRio, conforme Fato Relevante de 3 de fevereiro de 2020, viabilizou-se também a assinatura de um AIP para a conexão e produção do poço TBMT-10H, ora concretizada. A produção incremental do poço TBMT-10H terá o benefício da alíquota marginal de royalties reduzida, de 5%, conforme aprovado pela ANP e divulgado em Fato Relevante² de 29 de julho de 2021.

Após o início da produção, ocorreram os seguintes fatos relevantes informados à Companhia pelo Operador do campo TBMT:

09 de novembro de 2021 – O campo TBMT se encontrava com dois poços com sua produção interrompida: (i) o poço TBMT-2H, cujo umbilical apresentou falha na segunda quinzena de setembro e já está em processo de reparação, com expectativa de conclusão em novembro; (ii) o poço TBMT8H, devido a falha na bomba centrífuga submersa (BCS), que teve seu *workover* retomado no final de outubro e foi concluída em novembro.

06 de dezembro de 2021 – As intervenções nos poços TBMT2H e TBMT-8H foram finalizadas e ambos retomaram a produção na segunda quinzena de novembro.

06 de janeiro de 2022 – A produção do campo TBMT no mês de dezembro foi impactada pela parada de produção do poço OGX-44HP nos primeiros dias do mês, por falha na bomba centrífuga submersa (BCS), causando redução da produção em cerca de 1,4 kbpd. A sonda Kingmaker realizou o *workover*, em meados janeiro.

08 de fevereiro de 2022 – A produção do Cluster Polvo + TBMT no exercício de 2021 foi impactada pelo *workover* do poço OGX-44HP, em TBMT, finalizado em meados de janeiro 2022.

Campo em processo de descomissionamento

Tubarão Azul

Conforme fato relevante divulgado no dia 22 de janeiro de 2016, foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no Campo. O abandono dos poços foi concluído no segundo trimestre de 2018 e o descomissionamento do campo está em andamento.

1.3 Continuidade das operações

Durante os anos de 2020 e 2021, foram realizadas ações em busca pela normalidade e equacionamento da posição de liquidez de curto e médio prazos:

- Em 3 de fevereiro de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, a Companhia celebrou um Acordo de Farm-out (“Farm-out Agreement – FOA”) e de um Contrato de Operação Conjunta (“Joint Operating Agreement – JOA”) a respeito de 80% do Campo de Tubarão Martelo (“TBMT”) (FOA e JOA em conjunto “Transação TBMT”);
- Em 26 de junho de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, como parte da Revitalização do TBMT, o poço TBMT-2HP reiniciou a operação, com volume aproximado de 1,8 mil barris de óleo por dia;
- Em 3 de agosto de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, a ANP aprovou a Transação TBMT, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2020, tendo a Companhia: (i) deixado de ser operadora e passado a ter participação de 20% na concessão do TBMT, que teve sua vida útil estendida para 10 anos, com custo operacional de US\$ 840; (ii) transferido 100% da obrigação de abandono de TBMT para a PetroRio, no valor de R\$ 408.077, em 30 de setembro de 2020; e (iii) se isentado de desembolsos de caixa relacionados a futuros investimentos no TBMT. Com a aprovação da Transação TBMT, o quadro de colaboradores, que era de 172 colaboradores em 31 de dezembro de 2020, passou para 20 colaboradores na data de divulgação dessas Demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia, sem o status de operadora, deixou de contar com colaboradores *offshore*, o que por sua vez permitirá que a Companhia também reduza despesas gerais e administrativas como, por exemplo, despesas de escritório;
- Em 18 de agosto de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, a Revitalização do TBMT foi concluída com a entrada em operação do poço 7-TBMT-4HP, elevando a produção do campo para cerca de 10 mil barris de óleo por dia.
- No dia 14 de julho de 2021, o operador informou ao mercado em geral que concluiu a interligação (“*tieback*”) entre os campos de TBMT e Polvo. Para maiores informações sobre o *tieback*, vide Nota Explicativa nº 1.2.
- Conforme informado pela Companhia em Fato Relevante de 29 de julho de 2021, em tal data a ANP concedeu a redução dos royalties para TBMT, de 10% para 5% sobre a produção incremental proveniente de investimentos no campo. Assim, toda a produção incremental que virá de novos investimentos em TBMT terá sua alíquota reduzida para 5%, inclusive a produção resultante da completação do poço TBMT-10HP, com início de produção em meados de outubro de 2021.

- No dia 24 de outubro o operador informou à Companhia que o Campo de Tubarão Martelo se encontra com dois poços com sua produção interrompida por falhas na bomba centrífuga submersa (BCS): (i) o poço TBMT-8H, que, após passar por uma limpeza, teve seu *workover* temporariamente interrompido; e (ii) o poço TBMT-2H, que apresentou falha na segunda quinzena de setembro e passará por um processo de *workover*. Com a conclusão do poço TBMT-10H concluída em meados de outubro, a sonda Kingmaker está a caminho do poço TBMT-2H para realizá-lo e depois seguirá para o poço TBMT-8H.

Conforme Aviso aos Acionistas de 22 de março de 2021, 27 de maio de 2021, 22 de novembro de 2021 e 14 de janeiro de 2022, foram aprovadas capitalizações de créditos nos montantes de R\$ 1.883.512,29 e R\$ 139.714.402,15, trazendo importantes consequências econômicas para a Companhia, uma vez que tem o objetivo de sanar parte do endividamento da Companhia, com a entrega de participação acionária a seu credor. A Dommo Energia entende que o aumento de capital é uma medida essencial para não comprometer sua liquidez enquanto quita passivos em aberto (“Capitalizações de Créditos”).

Não obstante a Transação TBMT, a Revitalização do TBMT e as Capitalizações de Créditos acima mencionadas, que permitem redução de custos operacionais e despesas gerais e administrativas, e mitigam a geração de caixa no médio prazo, a Administração da Companhia chama a atenção para aspectos que indicam a existência de incertezas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional no longo prazo. A Dommo Energia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 371.820 no individual e capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 12.442 no consolidado, decorrente basicamente de dívida de curto prazo com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, bem como tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 547.447 (R\$ 754.362 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, possui relevantes passivos de longo prazo nos montantes de R\$ 306.339 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 374.183 em 31 de dezembro de 2020). Importante ressaltar que ainda é incerto o momento de liquidação desses passivos.

A Administração da Companhia destaca, também, as contingências tributárias classificadas como possíveis e divulgadas na Nota Explicativa nº 18, no montante de R\$ 1.607.833 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.189.693 em 31 de dezembro de 2020), para as quais o julgamento da Companhia e de seus advogados é de que há argumentos e fundamentos que sustentam a defesa da Companhia a respeito dos questionamentos das autoridades tributárias. Além disso, deve-se considerar que há significativa incerteza quanto ao prazo para desfecho desses assuntos. Adicionalmente, a Administração da Companhia informa que a redução no montante divulgado sob a rubrica de contingências tributárias deve-se à mudança do prognóstico de possível para remoto no processo cujo objeto é a aceitação de garantidor para suspensão de tributos federais em razão da admissão temporária no regime do Repetro e que, durante o 4T19, a Companhia obteve decisão favorável no TRF e à modificação do montante em risco de processos relacionados à cobrança de IRRF sobre remessas ao exterior pelo pagamento de juros decorrentes e ao não reconhecimento da dedutibilidade na apuração do IRPJ e da CSSL dessa despesa de juros decorrentes de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”).

Destacamos que as ações relacionadas ao TBMT buscaram equacionar as questões de liquidez de curto e médio prazos e, conforme comentado acima, a Companhia segue empreendendo esforços, almejando o equilíbrio financeiro de longo prazo.

Com base nos planos descritos acima, a Companhia possui a capacidade de manter suas atividades operacionais, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando a base contábil de continuidade operacional.

Revisão das estimativas e julgamentos:

A Companhia continua monitorando e acompanhando a evolução do COVID-19 e, até o momento, não identificou alterações significativas no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas Notas Explicativas nºs 1.3, 10, 11, 12, 13, 16, 18 e 27. A Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo e, portanto, não pode prever os impactos diretos e indiretos do COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira, incluindo aqueles descritos abaixo.

Outros impactos decorrentes da COVID-19:

- O impacto do COVID-19 nas condições financeiras e resultados operacionais, incluindo tendências e perspectivas econômicas gerais, recursos financeiros e de capital ou posição de liquidez. A Administração da Companhia realiza o monitoramento das posições de liquidez, visando sempre a manter as condições de operação das atividades de extração e comercialização de seus estoques e pagamentos regulares já negociados com seus credores;
- Como as operações futuras podem ser impactadas, considerando possíveis impactos nos custos e nas receitas como, por exemplo, na demanda e na precificação do óleo bruto ou na cadeia de suprimentos, a Companhia vem acompanhando permanentemente a oscilação do preço do óleo e continua monitorando a evolução de suas receitas e custos. As publicações especializadas do setor não indicam queda nas projeções de curva de preços do óleo, sendo revisados tempestivamente pela Administração.

2 Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Base de preparação**a. Declaração de conformidade com relação às normas IFRS, às normas do CPC e às normas da CVM**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, quando aplicáveis, e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo (*fair value*).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Nota Explicativa nº 1.3** - As demonstrações contábeis/contábeis foram elaboradas considerando a continuidade da Companhia.
- **Nota Explicativa nº 11** - estimativa de recuperação das reservas para fins de testes de provisão para recuperação de ativos, depreciação pelo método de unidades produzidas, provisão para abandono de área, impostos diferidos, bem como com efeito relevante na avaliação da premissa de continuidade operacional.
- **Notas Explicativas nºs 11 e 12** - Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e teste de *impairment*.
- **Nota Explicativa nº 13** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - prazo de realização.
- **Nota Explicativa nº 16** - Provisão para obrigação de abandono e compensação ambiental - premissas de taxa de desconto utilizada.
- **Nota Explicativa nº 18** - Contingências - expectativa de êxito ou perda.
- **Nota Explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

e. Divulgação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 foram apreciadas pela Administração em 30 de março de 2022.

3 Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros.

(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) reteve em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 (IAS 39) para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele eliminou as antigas categorias do CPC 38 (IAS 39) para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 (IFRS 9) não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros. O impacto do CPC 48 (IFRS 9) na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 (IFRS 9), no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a “custo amortizado”; “valor justo através de outros resultados abrangentes” (“VJORA”) – instrumento de dívida / VJORA – instrumento patrimonial; ou “valor justo através do resultado” (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em “outros resultados abrangentes” (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria, conforme opção de valor justo disponível no CPC 48 (IFRS 9). Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente

de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 01 de janeiro de 2018.

Ativo Financeiro		Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Títulos e Valores Mobiliários - Ações (Eneva S.A.)	(i)	Designado a VJR	Obrigatoriamente a VJR
Contas a receber e outros recebíveis	(ii)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

- (i) De acordo com o CPC 38 / IAS 39, esses títulos patrimoniais foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.
- (ii) O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39).

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e;
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais.

Nos casos de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, converte-se (*translation*), para fins de consolidação, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (CTA) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As controladas no exterior definiram como sua moeda funcional o dólar norte-americano. As controladas no país utilizam o real como moeda funcional.

d. Estoques

Os estoques de materiais são representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos ou utilizados na campanha de perfuração exploratória e na produção de óleo. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado. Os estoques de materiais estão registrados ao custo de aquisição ou produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de realização. Os estoques de óleo são representados pelo petróleo bruto produzido ou adquirido pela Companhia e suas subsidiárias. Esses estoques são registrados pelo custo de produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de realização. A Companhia utiliza o custo médio para apuração do custo do produto vendido. Havendo uma parada na produção por período superior ao usual para manutenções rotineiras, os gastos com a operação de produção (como custos de arrendamento, O&M, combustível, gastos logísticos, etc.) são reconhecidos diretamente no resultado, sem transitar pelo estoque.

e. Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações consolidadas, também são registrados por equivalência patrimonial, se a Companhia não tiver controle, exceto quando classificados como ativo não circulante mantido para venda. Empresas controladas em conjunto (“empreendimento em conjunto”), também são registradas pelo método da equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações individuais, quanto no consolidado. As informações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. As informações contábeis das coligadas são registradas nas demonstrações contábeis consolidadas e nas demonstrações contábeis da controladora através do método da equivalência patrimonial.

No caso de investimentos em empresas controladas, coligadas ou controladas em conjunto com patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante. A Administração da Companhia entende não haver diferença entre a prática contábil adotada no Brasil e as IFRS uma vez que a Companhia atua como solidária a dívida de suas controladas que possuem passivo a descoberto.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se qualquer participação na antiga controlada é retida, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

f. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação. É representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, embarcações de apoio e equipamentos de exploração e produção (E&P). Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos, equipamentos de informática e veículos.

Successful efforts

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Gastos com abandono

Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo registrados como ativo imobilizado em contrapartida de uma provisão no passivo. Vide notas explicativas 3.h e 16.

Depreciação

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas ("DUP"). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada mais provável) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa 11, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais. Quando é constituída provisão para perda integral do imobilizado de um projeto sua depreciação é paralisada.

Intangível

É registrado ao custo de aquisição e ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e é representado, sobretudo, pelos bônus de assinatura pagos para se obter a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinados blocos e outros gastos com natureza similar. Inclui, ainda, os gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática.

Amortização

Os bônus de assinatura são amortizados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas ("DUP"). Os demais intangíveis são amortizados pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa 12, que levam em consideração o tempo de utilização estimado. Quando é constituída provisão para perda integral do intangível de um projeto sua amortização é paralisada.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**Análise de indicativos**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Especificamente em relação aos ativos relacionados às atividades de exploração de petróleo, a Companhia considera alguns fatores como indicativos de que um ativo não é recuperável, como por exemplo: (i) não há um orçamento aprovado para os estudos de viabilidade dos poços perfurados; (ii) o prazo de concessão está chegando próximo ao fim, as atividades exploratórias ainda estão em fase inicial e não é provável a renovação dessa concessão; (iii) os poços perfurados foram dados como "secos"; (iv) os hidrocarbonetos encontrados não são suficientes para constituírem uma reserva, ou seja, não são recuperáveis dadas as atuais condições econômicas e tecnológicas. Se a avaliação apontar a existência de indicativos de *impairment* e a administração da Companhia entender que, de fato, há uma perda não recuperável, tal perda é reconhecida no resultado do exercício. Dentre as principais premissas desse fluxo de caixa destacamos:

- Volumes de reserva e produção estimados por nossos especialistas internos ou por terceiros.
- Preço do barril estimado a partir de projeções de bancos e agências especializadas.
- Taxa média de desconto de 5,06% levando em consideração o *benchmark* da indústria de petróleo.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas coligadas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção

Antes da declaração de comercialidade de uma determinada área, a Companhia não provisiona os gastos previstos com abandono, ao fim do período de concessão ou de produção. A provisão não é constituída, pois, dada a fase em que se encontra a operação, ainda não é possível uma mensuração, com razoável segurança, dos gastos a serem incorridos e nem a previsão da data de abandono da área. Quando se iniciam as atividades de desenvolvimento e há mais subsídios para estimar de forma razoável esses gastos, os mesmos são provisionados em contrapartida de ativo imobilizado. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base quanto a Companhia desembolsaria caso abandonasse as áreas naquele momento. O montante estimado é inflacionado até a data prevista para o abandono, e posteriormente descontado a valor presente por uma taxa livre de risco. O risco associado à provisão é considerado no fluxo estimado de pagamentos. A taxa livre de risco utilizada é a taxa de um título governamental, cuja moeda e prazo sejam similares ao da provisão. As taxas de inflação e de desconto são revisadas periodicamente e eventuais aumentos ou reduções da provisão para abandono são registrados em contrapartida do ativo imobilizado. Em adição, mensalmente, a provisão é aumentada pelo efeito da taxa de desconto (*accretion* dos juros), em contrapartida do resultado financeiro.

A provisão também aumenta periodicamente, conforme são efetuadas atividades que dão origem a obrigação de abandono de um campo, como, por exemplo, perfuração de poços, instalação de linhas e FPSOs, etc. Alterações na estimativa da provisão relacionadas com novas atividades, ou com alteração no custo dos serviços estimados, também são registradas em contrapartida do ativo imobilizado.

Provisão para contingências

A Companhia avalia mensalmente o prognóstico de êxito das causas nas quais é ré. Caso a chance de êxito seja classificada como remota (perda provável), constitui-se uma provisão para contingências.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil por ano, e de 9% sobre o lucro tributável base para a contribuição social sobre o lucro líquido. Os valores apurados consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real. A companhia e suas controladas não apuraram lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

j. Arrendamento (“IFRS 16”)

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 altera a forma de apresentação dos arrendamentos operacionais no Balanço Patrimonial das Companhias arrendatárias, bem como substitui o custo linear de arrendamento operacional pelo custo de amortização dos ativos objetos de direito de uso e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações, sendo este contabilizado na despesa financeira. Após o levantamento dos contratos que poderiam se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento, foram desconsiderados arrendamentos de curto prazo com 12 meses ou menos de prazo, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

k. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadoras das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações das companhias é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, as operadoras são responsáveis por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pelas operadoras contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação. Os impactos nos resultados individuais das companhias, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos. Essas cobranças ocorrem mensalmente. As operadoras estimam os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos totais já incorridos na operação, faturados ou não pelos fornecedores e relatados aos parceiros através do relatório *billing statement*. Essas estimativas de desembolsos são comparadas ao saldo das contas-correntes mantidas para os gastos das *joint operations* e as diferenças são cobradas dos parceiros através de chamadas de capital.

I. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

m. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Administração entende que a Companhia opera em um único segmento operacional, que é o de exploração e produção de óleo e gás no Brasil.

n. Receitas e despesas financeiras

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas realizadas com instrumentos financeiros derivativos, ganhos e perdas na conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais e amortização dos custos de captação. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos estão sendo classificadas integralmente na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

o. Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

Quando a Companhia emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. A diferença entre o valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o valor contábil do passivo financeiro é registrada no resultado do exercício como um ganho ou perda.

p. Reservas de petróleo e gás

A estimativa de recuperação das reservas de petróleo e gás é a base para avaliação de algumas rubricas das demonstrações contábeis, tais como provisão para recuperação de ativos, depreciação pelo método de unidades produzidas, provisão para abandono de área, impostos diferidos, bem como com efeito relevante na avaliação da premissa de continuidade operacional.

q. Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 (IFRS 15) estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 (IAS 18) Receitas, o CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 (IFRS 15) usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 01 de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 (IAS 18), CPC 17 (IAS 11) e interpretações relacionadas.

De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A receita de contrato de venda de óleo, que tem como objeto a comercialização do óleo do Campo Tubarão Martelo, tem o frete na modalidade *FOB (Free on Board)*. Dessa forma, não há obrigação de desempenho separada nesse contrato, pois a partir da conclusão do carregamento do óleo (*offloading*), o controle, os riscos e os benefícios do óleo comercializado passam a ser exclusivamente do cliente. O 5º passo da norma estabelece que a receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo. Cabe ressaltar que a Companhia possui apenas um contrato e a receita está reconhecida considerando preços e descontos decorrentes desse contrato.

Com base no exposto acima, a Companhia registra a receita decorrente da comercialização do óleo do Campo de Tubarão Martelo de forma integral a partir do momento da conclusão do *offloading*.

r. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 23 / IAS 8 Definição de estimativas contábeis
- CPC 26 (R1) / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

4 Preparação das demonstrações consolidadas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações de todas as empresas controladas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas:		
Dommo International	100,00	100,00
Dommo R-11	100,00	100,00
OGPar (i)	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Dommo Austria	100,00	100,00
Dommo Netherlands Holding	100,00	100,00
Dommo Netherlands	100,00	100,00

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e conta corrente	1.204	3.105	12.158	86.646
Fundo de investimento	-	-	24	7.348
	1.204	3.105	12.182	93.994

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado. O Fundo de Investimentos Itaú TOP RF Referenciado DI, administrado pelo Banco Itaú, é lastreado basicamente em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas. A rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 114,33% do CDI (84,77% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Esses ativos são classificados como equivalentes de caixa porque possuem características de conversibilidade imediata.

6 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
DVB Bank (i)	4.645	4.336
(i) Depósito vinculado associado à prestação de garantia de desativação e/ou fundo de abandono do Campo Tubarão Azul.		

7 Contas a receber

Os saldos de R\$ 67.497 e R\$ 3.594 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, estão associados à comercialização do óleo do Campo de Tubarão Martelo. O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é inferior a 30 dias.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Estoque de óleo	11.209	6.572	11.209	6.520
Ativo não circulante				
Materiais de exploração e produção (E&P) (i)	68.530	68.530	82.453	82.453
(-) Provisão para perda (ii)	(68.530)	(68.530)	(82.453)	(68.530)
	-	-	-	13.923
Total circulante // não circulante	11.209	6.572	11.209	20.443

- (i) Composto basicamente por materiais necessários à execução de campanhas de perfuração da Companhia como, por exemplo, tubos e brocas. A Companhia atualmente não opera em nenhuma campanha de perfuração e nem tem perspectivas de operar qualquer outra campanha. Dessa forma, foi constituída provisão para perda desses materiais.
- (ii) A Companhia avalia periodicamente as oportunidades de alienação desses materiais e constituiu provisão para perda para manter o ativo ao valor esperado de realização.

Conciliação estoque (óleo e materiais E&P) e demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.572	20.443
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.209	11.209
Varição	(4.637)	9.234
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 31 de dezembro de 2020	(68)	(68)
Parcela da depreciação/amortização no estoque de 31 de dezembro de 2021	677	677
Provisão para perda no estoque de 31 de dezembro de 2020	68.530	68.530
Provisão para perda no estoque de 31 de dezembro de 2021	(68.530)	(82.453)
Varição dos estoques na DFC	(4.028)	(4.080)

9 Outros créditos e despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prêmio de seguros	725	848	725	848
Adiantamentos a fornecedores	600	635	620	655
Adiantamentos a colaboradores	24	82	43	100
Depósito Judicial	17.706	17.706	17.706	17.706
Outros	726	680	734	713
	19.781	19.951	19.828	20.022

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dommo International	181.469	89.099	-	-
Dommo R-11	(12.102)	2.359	-	-
Ajuste equivalência Dommo Netherlands (i)	-	-	-	51
	169.367	91.458	-	51

(i) Refere-se à parcela da receita do *lease* da Dommo Netherlands eliminada na consolidação contra o custo de produção (estoque) da Dommo Energia.

10.1 Movimentação do investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	47.768	4.216
Contribuição de capital em participações societárias	12.306	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	13.472	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.258.291)	51
Reclassificação equivalência patrimonial OGPar	21.173	-
Estorno ajuste equivalência Dommo Netherlands período anterior	-	(4.216)
Reclassificação investimentos Dommo Austria	1.255.030	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	91.458	51
Contribuição de capital em participações societárias	2.140	-
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	8.504	-
Resultado de equivalência patrimonial	(359.336)	-
Reclassificação equivalência patrimonial OGPar (ii)	9.119	-
Estorno ajuste equivalência Dommo Netherlands período anterior	-	(51)
Reclassificação investimentos Dommo Austria (i)	417.482	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	169.367	-

- (i) O saldo de R\$ (417.482) refere-se à movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria, cujo detalhe está no quadro de movimentação do item 10.2 dessa Nota Explicativa e na Nota Explicativa nº 14.
- (ii) O saldo de R\$ (9.119) refere-se à equivalência patrimonial da OGPar que foi reclassificada para “empréstimos e financiamentos” (ativo). Vide maiores detalhes na nota nº 10.2 abaixo.

10.2 Informações sobre as participações societárias

	31/12/2021					
	No Brasil		No exterior			
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	Dommo Netherlands Holding	Dommo Netherlands
Ativo circulante	509	50	9	10.300	43	113
Ativo realizável a longo prazo	452	8.977	22	16.311.110	6.896	302.876
Investimentos	-	-	-	-	291.064	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.468
Total ativo	961	9.027	31	16.321.410	298.003	304.457
Passivo circulante	1	319	12	434	1	34
Passivo não circulante	13.062	112.821	3.726.889	20.229.314	16.463	13.360
Patrimônio líquido	(12.102)	(104.113)	(3.726.870)	(3.908.338)	281.539	291.063
Total passivo + patrimônio	961	9.027	31	16.321.410	298.003	304.457
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) do exercício	(14.462)	(9.119)	(335.755)	(417.482)	83.788	(13.531)

	31/12/2020					
	No Brasil		No exterior			
	Dommo R-11	OGPar	Dommo International	Dommo Áustria	Dommo Netherlands Holding	Dommo Netherlands
Ativo circulante	7.636	51	19	83.464	46	24
Ativo realizável a longo prazo	14.390	8.845	20	15.420.793	6.558	268.413
Investimentos	-	-	-	-	257.571	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	1.367
Total ativo	22.026	8.896	39	15.504.257	264.175	269.804
Passivo circulante	18	319	17	602	68.248	-
Passivo não circulante	19.649	103.571	3.401.779	18.994.511	15.331	12.233
Patrimônio líquido (i)	2.359	(94.994)	(3.401.757)	(3.490.856)	180.596	257.571
Total passivo + patrimônio	22.026	8.896	39	15.504.257	264.175	269.804
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.404)	21.173	(1.235.715)	(1.255.030)	21.839	37.765

Movimentação do patrimônio líquido da Dommo Austria:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.908.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.490.856)
Movimentação do exercício	(417.482)

- (i) Refere-se à totalidade do saldo do patrimônio líquido e do lucro/(prejuízo) do exercício.

11 Imobilizado (consolidado)

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Imobilizado de exploração e produção	Total
Custo							
Em 01 de janeiro de 2020	4.871	889	11.517	1.826	404	239.196	258.703
Adições	-	-	-	-	-	91.763	91.763
Adições - provisão para compensação ambiental	-	-	-	-	-	4.422	4.422
Alienações (c)	-	-	-	-	-	(1.732.596)	(1.732.596)
Reversão / realização <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	1.512.683	1.512.683
Ajustes acumulados de conversão Cias <i>Offshore</i> (b)	-	-	-	-	-	306	306
Em 31 de dezembro de 2020	4.871	889	11.517	1.826	404	115.774	135.281
Adições	313	-	-	46	-	19	378
Adições - provisão para compensação ambiental	-	-	-	-	-	(4.930)	(4.930)
Alienações / baixas (d)	(152)	-	-	(943)	-	(348.481)	(349.576)
Reversão / realização <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	353.392	353.392
Ajustes acumulados de conversão Cias <i>Offshore</i> (b)	-	-	-	-	-	103	103
Em 31 de dezembro de 2021	5.032	889	11.517	929	404	115.877	134.648
Depreciação Acumulada							
Em 01 de janeiro de 2020	(4.652)	(784)	(10.800)	(501)	(387)	(62.828)	(79.952)
Depreciação e depletação no exercício	(200)	(64)	(178)	(208)	-	(42.243)	(42.893)
Baixa depreciação <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	22.729	22.729
Em 31 de dezembro de 2020	(4.852)	(848)	(10.978)	(709)	(387)	(82.342)	(100.116)
Depreciação e depletação no período	(196)	(32)	(18)	(98)	-	(28.664)	(29.008)
Baixa depreciação <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	24.406	24.406
Em 31 de dezembro de 2021	(5.048)	(880)	(10.996)	(807)	(387)	(86.600)	(104.718)
Taxas de depreciação e depletação	10	10	20	10	20	(a)	
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	(16)	9	521	122	17	29.277	29.930
Em 31 de dezembro de 2020	19	41	539	1.117	17	33.432	35.165

- (a) A depreciação e a depleção do imobilizado de exploração & produção ocorre a partir da declaração de comercialidade e do início da produção, com base no método das unidades produzidas (“DUP”).
- (b) Referem-se aos ajustes de conversão do câmbio sobre os saldos ativos da controlada internacional Dommo Netherlands.
- (c) Baixa 80% ativo transação TBMT.
- (d) Na coluna de “Imobilizado de exploração e produção” refere-se à baixa da totalidade do valor investido no Bloco BS-4 alocado no ativo imobilizado, de acordo com assinatura de acordo de quitação em disputas arbitrais e judiciais com os Grupos Barra Energia e Enauta. Para maiores informações vide Nota Explicativa nº 1.2.

Avaliação de indicadores de *impairment*

A Companhia faz uma análise trimestral do status dos poços exploratórios. Caso sejam apontados como secos ou subcomerciais a Companhia realiza a baixa contábil para resultado. Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

Campo de Tubarão Martelo:

Em 26 de junho de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, como parte da Revitalização do TBMT, o poço TBMT-2HP reiniciou a operação, com volume aproximado de 1,8 mil barris de óleo por dia.

Em 3 de agosto de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, a ANP aprovou a Transação TBMT, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2020, tendo a Companhia:

- (i) deixado de ser operadora e passado a ter participação de 20% na concessão do TBMT, que teve sua vida útil estendida para 10 anos, com custo operacional de US\$ 840.000,00;
- (ii) transferido 100% da obrigação de abandono do Campo de Tubarão Martelo para a PetroRio; e
- (iii) se isentado de desembolsos de caixa relacionados a futuros investimentos no TBMT.

Em 18 de agosto de 2020, conforme Fato Relevante divulgado aos acionistas e mercado em geral, a Revitalização do TBMT foi concluída com a entrada em operação do poço 7-TBMT-4HP, elevando a produção do campo para cerca de 10 mil barris de óleo por dia.

Esse novo cenário foi o fato determinante para a revisão da *impairment* em 2020, cuja projeção de fluxo de caixa considera as seguintes premissas-chave:

- Abordagem: Projetaram-se fluxos de caixa desalavancados, expressos em termos reais e apresentados em dólar norte-americano convertido a taxa de fechamento do quarto trimestre de 2020 (“4T20”).
- Prazo: A projeção inicia-se em janeiro de 2021 e se estende até 2030 considerando as reservas provadas (1P) e prováveis (2P).
- Preço de venda: A referência utilizada é o preço médio do *brent* obtido nas publicações do U.S. *Energy Information Administration*.
- Intervenção nos poços: A conclusão da Revitalização consiste no quinto poço, 4HP, bem como das atividades de *workover* nos quatro poços produtores, conhecidos como 2HP, 6HP, 8H e 44HP.
- Taxa de desconto: A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos reais e a taxa de desconto utilizada foi de 5,06% pós *tax* (7,83% pré *tax*).

- Valor residual: Não foi calculado um valor residual no último período, uma vez que a projeção foi estruturada com base na vida útil econômica dos ativos.

Para maiores informações sobre o Campo de TBMT, vide Nota Explicativa nº 1.2.

Destaca-se que, apesar da Administração utilizar as melhores expectativas, tais projeções estão sujeitas a incertezas diversas como custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, eficiência dos equipamentos e equipe de produção, legislações emitidas por autoridades como ANP e IBAMA, legislação tributária, e aspectos geológicos como volume e comportamento dos reservatórios.

Depreciação

O imobilizado de exploração e produção é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

	Conciliação da depreciação e amortização - DFC	
	Controladora	Consolidado
Depreciação conforme Nota Explicativa Imobilizado 11	4.600	29.008
Depreciação no estoque em 31/12/2020 conforme Nota Explicativa nº 8	68	68
Depreciação no estoque em 31/12/2021 conforme Nota Explicativa nº 8	(677)	(677)
Depreciação e amortização na DFC	3.991	28.399

12 Intangível (controladora e consolidado)

O intangível da Companhia corresponde a: (a) intangível de E&P, representado por bônus de assinatura pagos para se obter concessões de exploração, desenvolvimento e produção dos blocos e por valores pagos em aquisições de participações de terceiros (*farm ins*); (b) outros intangíveis representados, sobretudo, por *softwares*.

	Sistemas e programas de informática	Intangível de E&P	Total
Custo			
Em 01 de janeiro de 2020	40.568	7.023	47.591
Alienação	-	(251.287)	(251.287)
Reversão / realização - <i>impairment</i>	-	251.287	251.287
Em 31 de dezembro de 2020	40.568	7.023	47.591
Baixa (i)	-	(212.768)	(212.768)
Reversão / realização - <i>impairment</i>	-	212.768	212.768
Em 31 de dezembro de 2021	40.568	7.023	47.591
Amortização acumulada			
Em 01 de janeiro de 2020	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Em 31 de dezembro de 2020	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Em 31 de dezembro de 2021	(40.558)	(7.023)	(47.581)
Taxas de amortização (% a.a.)	20		
Valor residual líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	10	-	10
Em 31 de dezembro de 2020	10	-	10

- (i) Na coluna de "Intangível de E&P" refere-se à baixa da totalidade do valor investido no Bloco BS-4 alocado no intangível, de acordo com assinatura do acordo de quitação em disputas arbitrais e judiciais com os Grupos Barra Energia e Enauta. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 1.2.

13 Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante				
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar				
IRRF sobre aplicações financeiras	82	82	188	184
IRPJ saldo negativo	5.163	4.825	13.569	13.101
CSLL saldo negativo	1.863	1.718	1.878	1.718
PIS a compensar	15.249	15.249	15.249	15.249
COFINS a compensar	47.494	64.791	47.494	64.791
ICMS a recuperar	390	390	390	390
Outros a recuperar	1.033	1.033	7.259	11.936
	71.274	88.088	86.027	107.369
Passivo circulante				
Impostos e contribuições e participações governamentais a recolher				
IRRF	41.845	37.835	41.819	37.809
Retenção de contribuições sociais	-	-	-	2
COFINS a recolher	-	-	9	9
PIS a recolher	-	-	1	1
Royalties a pagar	2.387	1.171	2.387	1.171
Outros	6.435	6.454	6.440	6.457
	50.667	45.460	50.656	45.449
Passivo não circulante				
PIS e COFINS diferidos				
PIS diferido (i)	51.675	42.984	51.675	42.984
COFINS diferida (i)	317.998	264.518	317.998	264.518
	369.673	307.502	369.673	307.502

(i) No dia 01 de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 restabelecendo, a partir de 01 de Julho de 2015, a alíquota do PIS e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativo. As alíquotas foram restabelecidas em 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, exceto para os casos previstos no próprio decreto, onde a alíquota se manteve a 0%. Tendo em vista que a Companhia tributa o resultado decorrente das variações monetárias em função da taxa de câmbio pelo regime de caixa, registrou provisão de PIS e COFINS diferidos sobre estas receitas de variações monetárias não realizadas.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro / (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e CSLL	56.813	56.813	(328.572)	(328.572)
Adições/exclusões de natureza permanentes:				
Outras adições indedutíveis / exclusões	103.847	130.543	162.929	162.929
Exclusão da reversão da provisão para compromissos regulatórios assumidos	(53.743)	(53.743)	-	-
Ajustes IRFS 16 (nota 31)	33	33	38.620	38.620
Exclusão da reversão da <i>impairment</i> de BS-4 referente à parcela da Barra Energia	(530.692)	(530.692)	-	-
Exclusão da reversão da <i>impairment</i> de Tubarão Martelo decorrente da venda de 80% da concessão	-	-	(1.767.145)	(1.767.145)
Outras exclusões				
Resultado das empresas no exterior	12.110	12.110	82.065	82.065
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	(411.632)	(411.632)	(1.812.103)	(1.812.103)
	15% + Adicional 10%	9%	15% + Adicional 10%	9%
Alíquotas (%)				
IRPJ e CSLL corrente e diferido	-	-	-	-
IRPJ e CSLL corrente e diferido	-	-	-	-
(+) Provisão para não realização de IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-
Composição do IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL – corrente	-	-	-	-
IRPJ e CSLL – diferido	-	-	-	-
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	-	-

Impostos diferidos e *Business Plan*

Adicionalmente, a Companhia e suas subsidiárias possuem imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos contabilmente no montante de R\$ 7,9 bilhões.

14 Partes relacionadas
Controladora

	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Contas a pagar para partes relacionadas				Empréstimos com partes relacionadas-Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
OGPar (i)	5.237	5.237	3.469	3.340	-	-	-	-	-	-
Dommo Austria (ii)	589.750	549.190	19.639.564	18.445.321	-	-	(673.990)	(622.440)	(19.449.657)	(18.279.612)
Dommo Netherlands (iii)	-	-	7.297	6.642	(285.688)	(247.190)	-	-	-	-
Dommo Netherlands Holding	-	-	-	-	-	-	(72)	(67)	-	-
Dommo International	-	-	96.219	87.695	-	-	-	-	-	-
Dommo R-11	342	342	13.003	19.306	-	-	(46)	(46)	-	-
Prisma Capital Ltda.	-	-	-	-	(5.010)	-	-	-	-	-
	595.329	554.769	19.759.552	18.562.304	(290.698)	(247.190)	(674.108)	(622.553)	(19.449.657)	(18.279.612)

Consolidado

	Créditos com partes relacionadas		Empréstimos com partes relacionadas - Ativo		Contas a pagar para partes relacionadas				Empréstimos com partes relacionadas-Passivo	
	(não circulante)		(não circulante)		(circulante)		(não circulante)		(não circulante)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prisma Capital Ltda.	-	-	-	-	(5.010)	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	(5.010)	-	-	-	-	-

Abaixo maiores informações sobre a rubrica “Empréstimos e Financiamentos passivos com partes relacionadas”:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa de juros	Contraparte	Controladora			
						31/12/2021	31/12/2020		Total
						Principal	Juros	Total	Total
Pré-pagamento de exportação (PPE)	US\$	Semestral	30/07/2034	9% a.a.	Dommo Austria	12.573.394	560.773	13.134.167	12.399.243
Debêntures 12.431 de Infra-estrutura	R\$	Semestral	30/07/2034	10,5% a.a.	Dommo Austria	2.025.000	125.701	2.150.701	2.150.701
Mútuo	US\$	ao final do contrato	30/07/2034	Libor 6M + 2,5%	Dommo Austria	255.492	958	256.450	238.812
Investimento na Dommo Austria (*)	n/a	n/a	n/a	n/a	Dommo Austria	3.908.339	-	3.908.339	3.490.856
						18.762.225	687.432	19.449.657	18.279.612
					Circulante	-	-	-	-
					Não circulante	18.762.225	687.432	19.449.657	18.279.612

(*) Investimento na Dommo Austria que possui patrimônio líquido negativo classificado como empréstimos e financiamentos com partes relacionadas atendendo ao disposto no CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, ao que se refere sobre a equalização dos valores a receber e a pagar.

- (i) Refere-se basicamente a mútuo entre empresas ligadas.
- (ii) Empréstimos com partes relacionadas: No ativo refere-se aos créditos contra a Dommo Austria, em contrapartida da assunção da dívida referente aos *Senior Unsecured Notes*, que era garantida pela Dommo Energia, conforme previsto no plano de Recuperação Judicial. No passivo refere-se ao pré-pagamento de exportações, a debênture não conversível e ao mútuo a pagar à Dommo Austria.
- (iii) Refere-se substancialmente ao valor a pagar referente ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrado entre a Companhia e a investida Dommo Netherlands e adiantamento para compra de equipamentos feito pela Companhia para Dommo Netherlands.

Outras informações sobre a rubrica empréstimos e financiamentos com partes relacionadas (passivos)

US\$ 2,6 bilhões *Senior Unsecured Notes* e US\$ 2,6 bilhões PPE

Em 3 de junho de 2011, a OGPar realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 2.600.000 (equivalentes a R\$ 4.000.000) na modalidade *Senior Unsecured Notes* ou Títulos de Dívida no Exterior (“Bonds 2018”). O principal vence em 2018, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,5% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de junho e dezembro. Os recursos foram destinados prioritariamente ao financiamento do desenvolvimento da produção nas Bacias de Campos e Parnaíba. Os custos para captação de US\$ 46.072 (equivalente a R\$ 74.310) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em outubro de 2011, foi celebrado um aditivo ao instrumento de emissão dos Bonds 2018 no montante de US\$ 2.600.000, mediante o qual foi efetuada a substituição da OGPar por sua controlada à época, Dommo Austria, como emitente e principal devedora de tais títulos de dívida. Em contrapartida a esta operação, a OGPar e sua controlada à época, Dommo Austria, celebraram um contrato pelo qual foram cedidos pela OGPar à Dommo Austria os recursos captados com a emissão dos supracitados títulos de dívida (acrescentada a receita de juros gerada pela aplicação dos recursos captados até a data da cessão, bem como descontados os custos de emissão). Ainda em outubro de 2011, foi celebrado um contrato de pagamento antecipado de exportações (“PPE”), pelo qual a Dommo Austria concedeu à Dommo Energia um pagamento antecipado no montante de US\$ 2.600.000, com o propósito de financiar o desenvolvimento e produção do petróleo a ser exportado pela Dommo Energia à Dommo Austria. Em contrapartida ao pagamento antecipado, a Dommo Energia se comprometeu a exportar à Dommo Austria, até 27 de maio de 2018, através de um ou mais embarques, o número de barris de petróleo necessário para quitar o pagamento antecipado. O valor antecipado e ainda não quitado através de exportações de petróleo estava sujeito a juros de 9,0% a.a., com pagamentos semestrais.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial em 3 de junho de 2014, a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2018 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a garantidora Dommo Energia. Em 31 de dezembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O plano de recuperação judicial postergou o vencimento do PPE e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos *bonds* para 30 de julho de 2034. O plano prevê, ainda, que os juros do PPE entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

US\$ 1,1 bilhão Senior Unsecured Notes e R\$ 2,0 bilhões Debêntures Lei 12.431/11 de Infra-estrutura

Em 30 de março de 2012, a Dommo Austria realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 1.100.000 (equivalente a R\$ 1.900.000) na modalidade *Senior Unsecured Note* ou Títulos de Dívida no Exterior (“Bonds 2022”). O principal vence em abril de 2022, enquanto os juros, cuja taxa era de 8,375% ao ano, eram devidos semestralmente nos meses de abril e outubro. Os custos para captação de US\$ 17.800 (equivalentes a R\$ 39.000) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante foi apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva. Em 28 de setembro de 2012 a Dommo Energia emitiu no mercado de valores mobiliários brasileiro, no âmbito da Instrução CVM 476, R\$ 2.000.000 em debêntures simples, quirografárias e não conversíveis em ações. A compensação da operação ocorreu em outubro de 2012. As debêntures são valores mobiliários enquadrados no âmbito da Lei 12.431/11 e os recursos levantados em decorrência da emissão foram integralmente utilizados para reembolsar gastos capitalizáveis incorridos pela emissora, durante a realização de sua campanha exploratória na Bacia de Campos, conforme expressamente previsto no Artigo 1º, § 1º, VI da referida Lei. As debêntures previam juros remuneratórios semestrais, em taxa anual de 10,5% ao ano. O principal vence em março de 2022. Na data da emissão das debêntures, os referidos títulos foram subscritos em sua integralidade pela Dommo Austria GmbH.

Com a aprovação do Plano em 3 de junho de 2014, a Dommo Energia, atuando como garantidora das dívidas, reconheceu o Bonds 2022 como passivo e em contrapartida registrou um ativo contra a Dommo Austria. A Dommo Austria por sua vez deixou de reconhecer a dívida com os *bondholders* e reconheceu outra no mesmo valor contra a garantidora Dommo Energia. Em 31 de dezembro de 2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Plano de Recuperação Judicial para conversão da dívida em instrumentos de patrimônio, a Dommo Energia registrou a extinção desse *Notes*. O Plano postergou o vencimento das Debêntures e do crédito da Dommo Energia com a Dommo Austria pela sub-rogação dos Bonds 2022 para 30 de julho de 2034.

O Plano prevê, ainda, que os juros das debêntures Lei 12.431/11 entre a Dommo Energia e a Dommo Austria sejam congelados na data do pedido de recuperação judicial. A variação cambial continua a ocorrer.

Mútuos

O caixa das empresas controladas pela Dommo Energia é gerido de forma integrada de modo que sobras de caixa em uma Companhia podem ser transferidas para as demais através de contratos de mútuos entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dommo Energia possuía um contas a receber da OGPar decorrente de mútuos nos montantes de R\$ 5.237 e R\$ 107.582, no curto e longo prazo, respectivamente (R\$ 5.237 e R\$ 98.334 em 31 de dezembro de 2020). O mútuo de longo prazo está divulgado no montante de R\$ 3.469 (R\$ 3.340 em 31 de dezembro de 2020), pois está líquido do passivo a descoberto da OGPar no valor de R\$ 104.113 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 94.994 em 31 de dezembro de 2020).

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	2.462	55.305	2.630	55.468
Fornecedores estrangeiros	106	87.844	650	94.529
Provisões E&P (i)	67	188	67	188
	2.635	143.337	3.347	150.185

- (i) Provisões de E&P contemplam basicamente os custos ainda não faturados incorridos/estimados com serviços de instalação *subsea* e produção de óleo e gás. As provisões de produção são baseadas nas taxas diárias contratuais.

16 Provisões diversas

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para obrigação de abandono (q)				
Tubarão Azul	-	-	22.007	71.581
Provisões para contingências regulatórias (b)	-	-	210.281	167.996
Provisões para compensações ambientais (c)				
Campo de Tubarão Azul	-	-	12.340	12.849
Campo de Tubarão Martelo	-	-	45.686	46.550
Bacia de Campos	-	-	2.439	2.307
Bacia de Santos	-	-	8.650	12.340
Provisão para compromissos regulatórios assumidos	-	-	-	53.743
Provisões trabalhistas	844	844	4.936	6.817
	844	844	306.339	374.183

- a) Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção: A partir da declaração de comercialidade de seus campos e início das atividades de desenvolvimento, a Companhia passa a constituir provisão para atender à obrigação de abandono das áreas (*Asset Retirement Obligation - ARO*) ao final do período de concessão. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, sobretudo, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção. A Companhia concluiu a fase de abandono de Tubarão Azul relacionada ao tamponamento dos poços e a provisão remanescente é para a retirada de equipamentos submarinos ainda em fase de discussão com a ANP. Conforme previsão da transação TBMT com a PetroRio, a Companhia estornou integralmente a provisão para abandono do Campo de Tubarão Martelo.
- b) As provisões para contingências regulatórias referem-se às estimativas de multas relacionadas a regulamentações da ANP ou cujo fato gerador já é conhecido. A Companhia não possui expectativa de nenhum desembolso financeiro relevante para os próximos 12 meses referente a estas contingências.
- c) Provisões para compensações ambientais relacionadas com a licenças ambientais. A Companhia se compromete junto ao IBAMA a efetuar certas compensações ambientais, com repasse de recursos a unidades de conservação.

17 Outras contas a pagar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consórcio BS-4	(i)	-	47.648	-	47.648
Atlanta Field B.V. (i)	(i)	-	-	-	62.235
Outros contas a pagar com parte relacionadas		21.075	-	-	-
PetroRio	(ii)	32.975	13.997	32.975	13.997
Honorários, verbas indenizatórias, sucumbenciais e outras provisões		7.054	24.072	7.376	24.948
		61.104	85.717	40.351	148.828

- (i) Em decorrência dos acordos firmados com os Grupos Enauta e Barra Energia, a Companhia realizou a baixa efetiva da totalidade dos ativos e passivos relacionados ao Bloco BS-4. Para maiores detalhes sobre o acordo vide Nota Explicativa nº 1.2.
- (ii) Billings relacionados a ajuste econômico do *Farm Out Agreement* de Tubarão Martelo a pagar a operadora PetroRio conforme nota explicativa nº 1.2.

18 Contingências

A Dommo Energia observa as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes sobre o registro de provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada, bem como sobre divulgação de passivos contingentes.

Na preparação das demonstrações contábeis para os exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Os valores cujas perdas são consideradas prováveis estão provisionados e divulgados como “Provisões para contingências regulatórias” e “Provisões trabalhistas” na Nota Explicativa nº 16.

Os casos em litígios cuja expectativa de perda é considerada possível, baseado no julgamento da Administração da Companhia e de suas controladas e nas opiniões dos advogados externos, não foram provisionados e são divulgados nessa Nota Explicativa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os passivos contingentes não provisionados, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para tais litígios em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributária	1.607.833	2.189.693
Trabalhista	4.319	4.767
Cível	-	18.362
	1.612.152	2.212.822

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza tributária/fiscal	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<p>Autor: Receita Federal do Brasil ("RFB")</p> <p>Natureza do litígio: Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre as remessas de recursos ao exterior no período de 2009 para pagamentos de contratos afretamentos de embarcações com empresas estrangeiras.</p> <p>Situação atual: A discussão jurídica relacionada à incidência de IRRF trata da legalidade de ato normativo da RFB que garante alíquota zero para as referidas remessas. A Companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos. Os processos envolvendo CIDE encontram-se em fase administrativa e em 28 de novembro de 2018 a Dommo Energia obteve decisão favorável no CARF. Essas discussões são classificadas como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia.</p>	129.070	114.817
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Cobrança de IRRF sobre remessas ao exterior pelo pagamento de juros decorrentes de Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") – vide detalhes dessa operação na Nota Explicativa nº 14 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE e o não enquadramento da mesma, no ato normativo da RFB que regulamenta a alíquota zero de IRRF para remessa de juros ao exterior.</p> <p>Situação atual: A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.</p>	332.476	697.104
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Não reconhecimento da dedutibilidade, na apuração do IRPJ e da CSSL, de despesas de juros decorrentes de Contrato de PPE – vide detalhes dessa operação na Nota Explicativa nº 14 – em função da suposta descaracterização dessa transação como Operação de PPE. O efeito em caso de perda seria somente uma redução da base de prejuízo fiscal.</p> <p>Situação atual: A Companhia recebeu o auto de infração em 13 de dezembro de 2017, apresentou impugnação em 18 de janeiro de 2018 e ainda aguarda julgamento.</p>	709.563	694.008
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Litígio referente ao não reconhecimento, pela RFB, dos créditos de PIS e de COFINS apurados pela Companhia sobre os gastos exploratórios e de produção.</p> <p>Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia. Considerou-se nas demonstrações financeiras em dez/2020 os valores das execuções fiscais nº 5050944-82.2019.4.02.5101 e 5035145-33.2018.4.02.5101 de exigência antecipada dos créditos de PIS/COFINS, cujo mérito foi extinto pela decisão que transitou em julgado, de modo totalmente favorável à Dommo. Tal fato resultou na redução do montante em risco.</p>	327.534	588.911
<p>Autor: RFB</p> <p>Natureza do litígio: Auto de infração exigindo o recolhimento de IRRF supostamente devido sobre os pagamentos a fornecedores estrangeiros.</p> <p>Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.</p>	69.470	65.201

Autor:

RFB

Natureza do litígio:

Diversos

Situação atual:

Diversos

31.211

29.652

Autor:

RFB

Natureza do litígio: Litígio referente ao não reconhecimento, pela RFB, dos créditos de PIS e de COFINS apurados pela Companhia sobre os insumos de E&P (serviços técnicos e locações).

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível.

8.509

-

1.607.8332.189.693**Descrição dos processos de natureza trabalhista****Controladora e Consolidado**

31/12/2021

31/12/2020

Autor:

Diversos

Natureza do litígio:

Questionamentos de horas extras, adicional noturno, danos morais, e outros.

Situação atual:

A questão envolve processos em fases judiciais diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia.

4.3194.767**Descrição dos processos cíveis****Controladora e Consolidado**

31/12/2021

31/12/2020

Autor:

IBM Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Limitada ("IBM")

Natureza do litígio:

Cobrança

Situação atual:

Em 29 de outubro de 2013 a Companhia rescindiu o contrato de prestação de serviços pactuado com a IBM. O fornecedor alegou que a rescisão não foi válida e que continuou prestando serviços, sem por eles receber, mesmo após a distribuição do pedido de recuperação judicial em 30 de outubro de 2013. Ainda segundo a IBM, tais valores não estariam submetidos à Recuperação Judicial. A Companhia, dentre outros argumentos, defende que eventual prestação de serviço foi residual e coligada à desmobilização do contrato, razão pela qual qualquer montante eventualmente devido estaria circunscrito à Recuperação Judicial.

-

7.220

Autor:

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Advogados Associados

Natureza do litígio:

Cobrança

Situação atual:

(a) Ação de execução de título executivo extrajudicial objetivando a cobrança de honorários advocatícios *ad exitum*, no valor de R\$2.819.554,33. Ainda, na petição inicial há pedido de tutela de urgência, objetivando (i) o arresto de bens da Executada; e (ii) o envio de ofício à ANP, para que se abstenha de autorizar ou homologar a cessão ou transferência dos direitos da Executada sobre o Campo Tubarão Martelo para a PetroRio, sem prévia autorização do juízo executivo; (b) Ação de execução de título executivo extrajudicial objetivando a cobrança de honorários advocatícios *ad exitum*, no valor de R\$6.648.852,91.

-

11.142

-

18.362

19 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

A tabela a seguir demonstra as movimentações no capital social da Companhia entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021.

Capital social em 31 de dezembro de 2019	412.399
(+) Aumento de capital (i)	43.216
Capital social em 31 de dezembro de 2020	455.615
(+) Aumento de capital (ii)	1.883
(+) Aumento de capital (iii)	139.715
Capital social em 31 de dezembro de 2021	597.213

(i) Aumento de capital com extinção de passivos financeiros sem impacto no caixa da Companhia. Para maiores informações, vide Aviso aos Acionistas do dia 9 de dezembro de 2020.

(ii) Aumento de capital com extinção de passivos financeiros sem impacto no caixa da Companhia. Para maiores informações, vide Aumento de capital conforme Aviso aos Acionistas do dia 27 de maio de 2021.

(iii) Aumento de capital com extinção de passivos financeiros sem impacto no caixa da Companhia. Para maiores informações, vide Aumento de capital conforme Aviso aos Acionistas do dia 14 de janeiro de 2022.

O capital social 31 de dezembro de 2021 é representado por 509.685.069 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/1976 (redação alterada pela Lei 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/1995.

c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos em controladas estrangeiras foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

d. Reservas de capital

O saldo negativo da reserva de capital no montante de R\$ 159.192 é decorrente do deságio apurado na incorporação por ações da OGPar.

20 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Óleo				
Receita bruta de vendas	175.679	321.587	185.718	333.225
(-) Impostos sobre as vendas	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	175.679	321.587	185.718	333.225
<i>Volume comercializado em kbbls (mil barris) (i)</i>			527,1	1.892,2

(i) Informação não auditada/revisada pelos auditores independentes.

Demonstrativo da equivalência entre o fluxo de caixa de 5% da venda do óleo do Cluster de Polvo + TBMT e de 20% de TBMT

Receita referente a 20% de TBMT após <i>tie back</i>	99.633
Billings relacionados a ajuste econômico do <i>Farm Out Agreement</i> de Tubarão Martelo a pagar a operadora PRio	(27.261)
Montante líquido de billings após <i>tie back</i>	72.372
Valor apurado com base nos 5% do volume vendido do Cluster Polvo + TBMT e equivalente ao montante líquido baseado nos 20% de TBMT	(72.838)
Valor líquido residual registrado na conta da <i>Joint Venture</i>	(466)
Receita líquida de vendas	
Apurada até o <i>tie back</i>	86.085
Apurada após o <i>tie back</i>	99.633
Total	185.718
Valor apurado com base nos 5% do volume vendido do Cluster Polvo + TBMT e equivalente ao montante líquido baseado nos 20% de TBMT	
Valor recebido	3.341
Valor a receber (nota explicativa 7)	67.497
Total	72.838

21 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos de extração (i)	59.743	330.145	59.692	309.535
<i>Royalties</i>	16.055	29.776	16.055	29.776
Amortização e depreciação	3.649	28.738	3.649	28.738
	79.447	388.659	79.396	368.049

(i) Serviços e insumos necessários para extração do óleo do campo de TBMT.

22 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	12.212	15.626	12.264	15.626
Depreciação e amortização	303	573	303	573
Despesas com escritório	1.615	1.863	1.646	1.935
Serviços prestados por terceiros	8.271	16.684	4.058	36.432
Seguros	982	1.479	982	1.479
PIS e COFINS	-	4.746	-	4.754
Outros	2.808	1.862	2.807	1.862
	26.191	42.833	22.060	62.661

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre provisão para abandono	-	(15.052)	-	(15.052)
Juros diversos	(5.629)	(14.695)	(5.629)	(14.692)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(15.000)	-	(15.000)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(6.847)	-
Valor justo em operações com derivativos	-	-	(3.037)	-
Despesa com juros IFRS 16 (nota 31)	14	9.547	14	9.547
Outras despesas financeiras	(440)	(3.052)	(1.012)	(4.591)
	(6.055)	(38.252)	(16.511)	(39.788)
Receitas financeiras				
Juros	5.139	5.354	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	7	152	106	1.323
Outras receitas financeiras	482	179	746	331
	5.628	5.685	852	1.654
Variação cambial líquida	416.314	1.176.226	(7.203)	(110.845)
Outras despesas financeiras (i)	(55.143)	-	(55.143)	-
Resultado financeiro líquido	360.744	1.143.659	(78.005)	(148.979)

(i) Refere-se a juros e atualização monetária em acordos celebrados com fornecedores nos quais foram liquidados por partes relacionadas e incorporaram os valores capitalizados, conforme descrito na nota explicativa 19(a)

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perda de estoques	-	(5)	(13.923)	(5)
PIS/COFINS a compensar	(a) -	32.020	-	32.020
PIS/COFINS diferidos	(b) (62.170)	(144.508)	(62.170)	(144.508)
Provisão para perda de impostos a recuperar	-	(1.298)	(11.480)	(3.488)
Provisão para perda custos reembolsáveis abandono Campo de TBAZ	(23.076)	(18.421)	-	3.952
Provisões trabalhistas	2.079	(1.006)	2.079	(1.006)
Custos Dommo Netherlands	-	-	(23.595)	(22.549)
Estorno provisões diversas	9.394	(198)	9.394	(198)
Baixa da provisão para compromissos regulatórios assumidos	53.743	-	53.743	-
Indenizações recebidas	-	684	-	684
Provisões multas ANP	-	5.970	-	5.970
Workover – Intervenção poço 7-TBMT-2HP Tubarão Martelo	-	(95.375)	-	(95.375)
Perda efetiva na alienação de imobilizado – Transação TBMT	(d) -	(1.527.636)	-	(1.527.636)
Estorno efeitos IFRS 16	-	(90.173)	-	(90.173)
Perda efetiva na baixa BS-4	(530.692)	-	(530.692)	-
Realização perda Atlanta Field B.V.	(c) -	-	(158.406)	-
Efeito baixa de fornecedores	7.908	-	7.908	-
Outros	(37.982)	(28.059)	(35.329)	(26.365)
	(580.796)	(1.868.005)	(762.471)	(1.868.677)

- Créditos de PIS/COFINS apurados no período
- Despesa decorrente de PIS/COFINS diferidos sobre resultado de variação cambial. Vide Nota Explicativa nº 13.
- Realização e reversão da provisão para perda dos investimentos realizados na Atlanta Field B.V. Em função da celebração do acordo de quitação em disputas arbitrais e judiciais com os Grupos Barra e Enauta, a Companhia reverteu a totalidade do *impairment* associado ao Bloco BS-4 anteriormente registrado, e reconheceu a perda efetiva de 100% do investimento realizado no Bloco. Para maiores informações sobre a disputa pelo Bloco BS-4 e o acordo celebrado vide Nota Explicativa nº 1.2.
- Perda efetiva resultado transação TBMT com a Petro Rio.

25 Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado (nota explicativa nº 11)				
Realização <i>impairment</i> BS-4 (ii)	348.480	1.515.858	348.480	1.515.858
Ajuste <i>impairment</i> relacionado ao abandono e demais ativos	4.912	(3.175)	4.912	(3.175)
Depreciação equipamentos Dommo Netherlands	-	-	24.406	22.729
	353.392	1.512.683	377.798	1.535.412
Intangível (nota explicativa nº 12)				
Realização <i>impairment</i> BS-4 (ii)	212.768	251.287	212.768	251.287
	212.768	251.287	212.768	251.287
Ajustes de Conversão (i)	-	-	(812)	(181)
Efeito no resultado	566.160	1.763.970	589.754	1.786.518

- (i) Ajuste de conversão afetando *impairment* das empresas internacionais.
- (ii) Em função da celebração do acordo de quitação em disputas arbitrais e judiciais com os Grupos Barra e Enauta, a Companhia reverteu a totalidade do *impairment* associado ao Bloco BS-4 anteriormente registrado, e reconheceu a perda efetiva de 100% do investimento realizado no Bloco. Para maiores informações sobre a disputa pelo Bloco BS-4 e o acordo celebrado vide Nota Explicativa nº 1.2.

26 Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Conselho de Administração (honorários e encargos)	1.123	1.498
Administradores (pró-labore, salários, benefícios e encargos)	2.516	3.310
Total da remuneração dos administradores	3.639	4.808
Conselho Fiscal (honorários e encargos)	475	475
Total da remuneração dos administradores e Conselho Fiscal	4.114	5.283

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantem operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Derivativos e gerenciamento de risco

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas possuem política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio da análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Gerenciamento de Riscos e na Norma de Aplicações Financeiras e Hedge.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço do petróleo Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* preveem a possibilidade de utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia. A volatilidade do preço do petróleo tipo *brent* é uma das premissas da Companhia para efetuar teste de *impairment* de seus ativos. Vide Notas Explicativas nºs 11 e 25.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a Companhia pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, "*collars*" e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - *New York Mercantile Exchange* e ICE - *Intercontinental Exchange*, assim como no mercado de balcão.

Em fevereiro de 2021 a Companhia contratou proteção contra oscilação do preço de petróleo. Foram contratadas opções de venda, com preço de exercício (strike) de US\$ 50,00 por barril para o volume de 624 mil barris de óleo referente às comercializações de óleo entre os meses de fevereiro de 2021 até março de 2022.

Essencialmente, as operações protegem a Companhia com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril conforme quadro a seguir:

Operação	Tipo	Vencimento	Strike (USD)	Quantidade (BBL)	Preço
Compra	PUT	28/02/21	50,00	95.000	0,47
Compra	PUT	30/04/21	50,00	100.000	1,64
Compra	PUT	30/06/21	50,00	100.000	2,83
Compra	PUT	30/07/21	50,00	25.000	2,44
Compra	PUT	31/08/21	50,00	30.000	2,88
Compra	PUT	31/08/21	50,00	100.000	3,74
Compra	PUT	30/09/21	50,00	27.000	3,26
Compra	PUT	30/10/21	50,00	27.000	3,68
Compra	PUT	01/12/21	50,00	25.000	4,01
Compra	PUT	01/01/22	50,00	27.000	4,33
Compra	PUT	01/02/22	50,00	24.000	4,63
Compra	PUT	28/02/22	50,00	21.000	4,91
Compra	PUT	31/03/22	50,00	23.000	5,16
				624.000	

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas.

Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas trabalham no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Exposição cambial líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo (i)	14.400.053	13.572.213
Passivo (ii)	(14.374.571)	(13.682.668)
Passivo líquido em moeda estrangeira	25.482	(110.455)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao saldo de equivalentes de caixa, depósitos vinculados mantido em dólares, contas a receber em moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos ativos em dólares e ao crédito sub-rogado dos Bonds captados.

- (iii) Refere-se ao PPE passivo em US\$ entre Dommo Energia e Dommo Austria, vide Nota Explicativa nº 14 item (i), ao investimento na controlada Dommo Austria, vide Nota Explicativa nº 14, e a provisão para obrigação de abandono futuro do Campo de Tubarão Azul. Vide Nota Explicativa nº 16.

Análise de sensibilidade para risco cambial

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021:

- Cenário I: valorização do US\$ perante o R\$ - em 25%.
Cenário II: desvalorização do US\$ perante o R\$ - em 25%.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade do saldo líquido de ativos e passivos em US\$ em aberto em 31 de dezembro de 2021. Os valores positivos representam receitas e os negativos correspondem a despesas.

	Valor de referência (US\$)	Cenário I (R\$)	Cenário II (R\$)
Ativo líquido em moeda estrangeira	(4.566) (*)	(6.369)	6.372

- (*) Corresponde aos R\$ (25.482) apresentados na seção de "exposição cambial líquida", na nota explicativa 27b.2, convertidos para US\$ pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5,5805 por US\$.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o *rating* da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a Companhia possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.204	3.105	12.182	93.994
Depósitos vinculados	4.645	4.336	4.645	4.336
Contas a receber	-	-	67.497	3.594
Outros créditos (exceto despesas antecipadas)	19.781	19.951	19.829	20.022
	25.630	27.392	104.153	121.946

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas por faixa de vencimento.

31/12/2021 – Consolidado

	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 2 anos	Total
Fornecedores	791	2.556	-	-	-	3.347
PetroRio	-	32.975	-	-	-	32.975
Honorários de êxito e outras provisões	-	7.376	-	-	-	7.396
Total	791	42.907	-	-	-	43.698

e. Risco de volatilidade no preço das ações

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos pela Companhia e classificados no balanço patrimonial consolidado como mensurados ao valor justo por meio do resultado. O lucro líquido do exercício flutuaria em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis em mercado ativo (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	24	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	24	-
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Modelo de precificação baseado em preços observáveis em mercado ativo (Nível II)	Modelo de precificação sem o uso de preços observáveis (Nível III)
Aplicações financeiras	-	7.348	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	7.348	-

Não houve reclassificação entre as categorias de hierarquia do valor justo de Aplicações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos e contrata também seguro de Responsabilidade Civil de Administradores - D&O. Em 31 de dezembro de 2021 os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Campanha exploratória	US\$'000
Risco de petróleo ("blow out") da Bacia de Campos (<i>Offshore</i>)	(*) 615.000
Proteção e Indenização OSX-3 (P&I)	(*) 500.000
Demais seguros	R\$' 000
Riscos Operacionais Patrimonial	9.012
Responsabilidade Civil Geral	20.000
Responsabilidade civil de Administradores - D&O	60.000

(*) Refere-se a 100% da importância segurada. De acordo com a atual participação da Companhia no Campo de TBMT, o percentual de interesse da Companhia é 20% do valor informado.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

29 Informações por segmento

A exploração e produção de óleo e gás é o único segmento em que a Companhia e suas controladas atuam.

30 Resultado por ação

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		
Numerador básico e diluído:		
Lucro líquido / (prejuízo) atribuível aos acionistas	56.813	(328.572)
Denominador básico e diluído:		
Média ponderada de ações	<u>309.333.098</u>	<u>272.325.119</u>
Resultado por ação – em reais	<u>0,18366</u>	<u>(1,20654)</u>

31 Arrendamentos - IFRS 16 (Controladora e Consolidado)

A composição dos saldos e efeitos no resultado dos direitos e uso e financiamentos estão demonstrados a seguir.

	<u>Direitos de Uso</u>		<u>Arrendamentos a pagar</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	Custo		Principal e Juros	
Edificações e benfeitorias	247	8.047	247	8.047
	Amortização acumulada		Amortização	
Edificações e benfeitorias	(91)	(3.219)	(98)	(3.273)
			Juros incorridos	
Edificações e benfeitorias			11	25
Saldos líquidos	<u>156</u>	<u>4.828</u>	<u>160</u>	<u>4.799</u>
Passivo circulante			160	1.617
Passivo não circulante			<u>0</u>	<u>3.182</u>

Efeito no resultado de 2021 – IFRS 16

Redução da despesa financeira com juros (Nota Explicativa nº 23)	14
Diminuição de outras despesas operacionais	<u>(47)</u>
Efeito no resultado do ano pela adoção do IFRS 16 em comparação ao resultado com as normas anteriores	<u>(33)</u>

32 Eventos subsequentes

Procedimento arbitral em face de Petronas Brasil E&P Ltda

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia recebeu decisão proferida no procedimento arbitral instaurado perante a Câmara de Comércio Internacional (“Arbitragem”) contra a Petronas Brasil E&P Ltda. (“Petronas”).

O Tribunal rejeitou o pedido de indenização formulado pela Companhia contra a Petronas.

Na próxima fase da Arbitragem, o Tribunal decidirá acerca da forma de alocação dos custos relacionados à Arbitragem. Considerando o resultado da decisão acima mencionada, a Companhia tem a expectativa de ser obrigada a arcar com certos custos incorridos pela contraparte em decorrência da Arbitragem.

A decisão ainda está sujeita a eventuais pedidos de esclarecimento das partes envolvidas.

Participação acionária Prisma Capital Ltda

No mês de janeiro de 2022, a Companhia teve alterações relevantes em seu controle. Conforme Fato Relevante de 17 de janeiro de 2022, a Prisma Capital Ltda. (“Prisma”), por meio de veículos sob sua gestão discricionária, tornou-se titular de ações ordinárias de emissão da Companhia representativas de 47,21% de seu capital social votante e total, percentual que, diante da dispersão das ações de emissão da Companhia, podia lhes assegurar poder de controle.

No mesmo Fato Relevante de 17 de janeiro de 2022, foi divulgado ao mercado que o novo controlador pretendia reunir-se junto à administração da Companhia para decidir sobre eventuais mudanças à sua gestão e a avaliação de opções estratégicas em seu setor de atuação.

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de janeiro de 2022, poucos dias depois a Prisma consolidou sua posição acionária majoritária na Companhia, sendo titular de 51,99% das ações de emissão da Dommo Energia S.A.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Dommo Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações contábeis da Companhia e a proposta de destinação dos resultados do exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis, apresentado sem ressalvas pela Grant Thornton Auditores Independentes, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022

Bruno Vasques
Daniel Arippol,
Timothy Chamberlain

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (Grant Thornton Auditores Independentes), emitido em 30 de março de 2022 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conselho de Administração

Marko Jovovic
**Presidente do Conselho de
Administração**

Conrado Lamastra Pacheco
João de Saint Brisson Paes de Carvalho

Conselho Fiscal

Bruno Vasques

Daniel Arippol

Timothy Chamberlain

Diretoria

Paulo Souza Queiroz Figueiredo
**Diretor Presidente e de Relações
com Investidores**

**Diretor Financeiro e Contador
responsável**

Luciano Magalhães Janoni
CRC-RJ 115869/O-9